ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SESIMBRA, REALIZADA NO DIA 15 DE ABRIL DE 2016

----------Aos quinze dias do mês de abril de 2016, no Auditório Conde de Ferreira, realizou-se a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Sesimbra (AMS), sob a presidência da Sr.ª Joaquina Odete Martins da Graça, e secretariada pelos Srs. Carmen Dolores Mártires Marcelino Cruz e João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso, Primeira e Segundo Secretários, respectivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: ----------

----------**1. Apreciação da atividade municipal; ----------**

----------2. Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação e prestação de contas de 2015 e distribuição dos resultados líquidos aprovados no exercício de 2015.----

----------Feita a chamada verificaram-se as seguintes presenças: ----------

----------Pelo Grupo Municipal da CDU - Joaquina Odete Martins da Graça, Francisco Manuel Soares Cordeiro, Nuno José Almeida Nabais Antunes, Maria Helena Cancela dos santos Cordeiro, Rui João Graça Rodrigues, Alain Monteiro Grenho, Cármen Dolores Mártires Marcelino Cruz, Tiago José dos Santos Silva Aragão, João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso e Maria José da Cruz Vieira Borges; ----------

----------Pelo Grupo Municipal do PS – Manuel José Cardoso Alves Pereira, Pedro Miguel dos Santos Mesquita, Nelson Carlos Simplício Pólvora, Manuel Barros Cardoso, Isabel Alexandra Ribeiro Leão Faias e Bertina João Pereira Duarte; ----------

----------Pelo Grupo Municipal do PSD/CDS-PP - José Manuel Lobo da Silva e Filomena Maria de Almeida Raimundo; ----------

----------Pelo Grupo Municipal do MSU - Nuno Miguel Veiga Pinto Ribeiro e João Carlos Guimarães Rodrigues;----------

----------Pelo Grupo Municipal do BE – José António Melo Nunes Guerra. ----------

----------Verificou-se ainda a presença do Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Francisco Manuel Firmino de Jesus, do Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, Victor Ribeiro Antunes e do substituto da Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, Artur Cunha Borges. ----------

----------Verificou-se também a presença da Vice-Presidente da Câmara Felícia Maria Cavaleiro da Costa e dos Vereadores, José Henrique Peralta Polido, Sérgio Manuel Nobre Marcelino, Américo Manuel Machado Gegaloto, Claudia Sofia Durand Cocharra Gorjão da Mata e Francisco José Pereira Luís. --------

----------Comprovada a existência de quórum, vinte e quatro presenças, **a Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a reunião eram vinte e uma horas e vinte minutos.----------

----------Começou por cumprimentar todos os presentes na sala e registou com agrado a presença do Presidente da AMJovens. ----------

----------Justificou a ausência do Sr. Presidente da Câmara Municipal, referindo que por razões de saúde e por indicação médica não podia participar em sessões públicas. Portanto deixavam os votos de rápidas melhoras e estariam sempre disponíveis para uma maior e melhor cooperação no desenvolvimento dos trabalhos ao nível do município. ----------

----------Passou depois a informar sobre as substituições na presente sessão, indicando que tinha solicitado a sua substituição a Deputada Ana Paula Gato Rodrigues Polido Rodrigues (PS), por motivos pessoais, sendo convocado para a substituir a Deputada Bertina João Pereira Duarte. Também o Deputado Joaquim Mendes Dias (PSD) tinha solicitado a sua substituição, por razões profissionais, sendo convocado para a substituir a Deputada Filomena Maria de Almeida Raimundo. ----------

----------Questionou aos Deputados se tinham alguma questão a colocar sobre o expediente recebido, mas ninguém diligenciou nesse sentido. ----------

----------Informou que na presente semana e também na próxima, decorreria a iniciativa "Eleito Por Um Dia", no âmbito da AMJovens, com a participação dos respetivos presidentes das juntas de freguesia, da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, que era de facto mais um patamar de convivência entre os Órgãos Autárquicos e os jovens da AMJovens de cada uma das escolas.----------

----------Comunicou que no dia seguinte, 16 de abril, os deputados da Assembleia Municipal iriam realizar a visita ao concelho, apenas no período de manhã, nomeadamente com a visita às instalações do Mercado Municipal, do Museu do Mar e ao Cabo Espichel. ----------

----------Deu conhecimento que no dia 7 de maio iria decorrer, no período de manhã, a entrega dos Prémios do Concurso "As Cores da Cidadania" e na parte da tarde iria realizar-se a 13ª edição da AMJovens, nas instalações do Hotel do Mar. Portanto os Deputados e Deputadas ficavam desde já convidados para estas iniciativas, embora posteriormente fosse enviado a todos o convite.----------

----------Disse que gostaria de dar conhecimento, embora de uma forma afectiva e também já alguns tivessem conhecimento, que o Comité Olímpico de Portugal, no passado dia 8 de março – Dia Internacional da Mulher, tinha realizado uma sessão de homenagem a várias mulheres dirigentes que tinham sido protagonistas no desenvolvimento desportivo e no movimento associativo e que o Comité Olímpico de Portugal Nacional tinha designado como uma referência no Desporto em Portugal. Nesse contexto tinha-lhe sido atribuído o "Prémio Carreira", o que muito a honrava esta distinção do Comité. Na altura teve a oportunidade de agradecer não só essa distinção como também referenciar aquilo que foram as mulheres e que continuariam a ser na intervenção da sociedade. E tinha referido as pessoas que

ao longo deste percurso com ela tinham partilhado a vida e que com elas tinha aprendido e tinham progredido. Disse que gostaria particularmente de fazer uma referência, que pela sensibilidade lhes transmitiram alguns colegas da Assembleia Municipal, nomeadamente, o Manuel José Pereira, a Cármen Cruz, o João Narciso, o Rui João, a Maria José Borges e o Lobo da Silva, que estiveram presentes nessa sessão e que muito a tinha honrado. ----------

----------Depois disse que enquanto aguardavam a chegada da Srª. Vice-presidente, que por razões familiares não tinha conseguido estar à hora marcada, iria colocar para deliberação a alteração da ordem de trabalhos da presente sessão. Na reunião da Comissão de Líderes tinha ficado acordado, tendo em conta a quantidade de documentos para deliberação no "PAOD", que a apreciação da atividade municipal devia ficar para a próxima sessão. Portanto colocava à votação a alteração da OT da presente sessão.----

----------**A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, alterar a ordem de trabalhos transitando o ponto 1 – Apreciação da Atividade Municipal – para a sessão extraordinária a realizar em Maio em data a indicar oportunamente.** ----------

----------Depois a **Presidente da AM** deu a palavra ao **Deputado Nuno Nabais** que disse que em nome pessoal, em nome da bancada da CDU e julgava que de todos os deputados, não queria deixar de felicitar a Srª. Presidente pelo "Prémio Carreira" atribuído pelo Comité Olímpico de Portugal, que honrava um percurso de três décadas. Era de facto motivo de orgulho para toda a assembleia terem esta notícia que era imensamente merecida. Bem-haja Srª. Presidente, Srª Investigadora, Srª. Autarca, Srª Dirigente. -----

----------Os Deputados da Assembleia Municipal aplaudiram com uma salva de palmas. ----------

----------A **Presidente da AM** disse que, naturalmente, agradecia os carinhosos aplausos, mas queria frisar que o "Prémio Carreira" não significava fim de um trabalho, e julgava que não devia descansar à sombra do prémio. O prémio era um percurso, era uma carreira, era um caminho, e nesses caminhos, todos tinham encontrado pessoas, os familiares, os professores, os alunos, pessoas que os influenciaram e que positivamente contribuíram para a sua formação. E por isso este era um prémio que simbolicamente queria repartir com todas as pessoas que ao longo deste percurso, algumas presentes de espírito, outras de forma anímica, tinham vivido entre eles. Portanto aplausos eram bons, eram agradáveis, mas também reconhecia que quando erravam deviam ser chamados à atenção pelos erros que cometiam e deviam ter a modéstia de reconhecer o erro para continuar a fazer melhor. ----------

----------Depois deu início ao "**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA – PAOD"**.----------

----------Informou que para apreciação os seguintes documentos: 2 Votos de Pesar; Saudação – Presidente da República; Saudação – 25 de Abril e o 1º de Maio; Saudação – 40 anos da Constituição da República; Moção – Construção do Aeroporto Complementar de Lisboa na Base Aérea nº. 6; Moção – Candidatura

de António Guterres a Secretário-geral da ONU; Moção – Contra o Terrorismo pela Paz e Cooperação; Moção – Solidariedade com os Activistas Angolanos; Recomendação Contra a vandalização de material de propaganda política; Recomendação da Assembleia Municipal à Câmara Municipal com vista à declaração do concelho de Sesimbra como zona livre do TTIP; e a Recomendação sobre Demolição de construções degradadas no Cabo Espichel. ----------

----------A **Presidente da AM** comunicou que os trabalhos iam ser encerrados por cinco minutos para uma consulta breve aos Líderes de Bancada.----------

----------Retomados os trabalhos, deu a palavra ao **Segundo Secretário da Mesa, João Narciso** que leu o seguinte **<u>Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. José da Silva Filipe:</u>**----------

----------*"Primogénito de quatro irmãos e nascido a 08/01/1923 José da Silva Filipe desde cedo revela especial apetência para o desporto, grande capacidade empreendedora bem como o gosto pelas raízes da sua terra.* ----------

----------*Era nadador do Clube Naval de Sesimbra e provas como a tradicional travessia da baía, entre outras mesmo a nível regional e nacional eram de sua preferência. Os resultados, esses são memoráveis com varias medalhas de ouro, nadando tantas e tantas vezes ao lado dos irmãos.* ----------

----------*Também o futebol era uma paixão, inicia-se como jogador no Vitória de Sesimbra em juvenil tendo aos 24 anos ido jogar pelo Grupo Desportivo de Sesimbra onde foi além de atleta, sócio fundador, dirigente, treinador, membro da comissão directiva para a construção do Gimnodesportivo e também director em vários mandatos.* ----------

----------*Foi também sócio fundador do Clube Sesimbrense sendo mesmo o sócio nº1, também na Santa Casa da Misericórdia pertenceu á Irmandade durante muitos anos.* ----------

----------*Inicia a atividade comercial nos anos 40 quando abre o Café Filipe, com interregno nos anos 70 onde trabalhou na lota de Sesimbra, voltando á restauração em 1986 quando reabriu no mesmo local o Restaurante Filipe mantendo-se até hoje como negócio de família.* ----------

----------*Foi ainda Vereador nos "tempos de D. Pedro" como o próprio referia, uma vida cheia reconhecida pela Camara Municipal em 2011 quando recebeu a Medalha de Mérito Municipal Grau Bronze pelo reconhecimento do prestígio que ganhou como nadador bem como pelo seu envolvimento na fundação e consolidação de clubes e associações Sesimbrenses.*----------

----------*Deixou-nos no passado dia 10 de Março aos 93 anos.* ----------

---------*Que o seu gosto e entrega às raízes Sesimbrenses sirvam de exemplo e motivação a todos os que lutam pelo nosso concelho.* ----------

----------*A Assembleia Municipal de Sesimbra reunida a 15 de Abril, manifesta assim o seu pesar, expressando as mais sinceras condolências a toda a família e amigos.* ----------

----------***A Assembleia Municipal de Sesimbra guarda ainda um minuto de silêncio em sua memória.*** ----

----------Depois a **Presidente da AM** fez a leitura do **Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Comandante dos Bombeiros Voluntários de Sesimbra, Ricardo Cruz**: ----------

----------"*Sempre nos habituámos a sentir a vida do Bombeiro como "Vida por Vida" cumprindo um dever nobre e altruísta sem exigências no agradecimento ou na recompensa.* ----------

----------*Sempre conhecemos a missão do Bombeiro, como uma dádiva total, com total entrega pelo seu semelhante sem nada em troca, apenas viver o reconhecimento de dar uma oportunidade de vida.* ------- ---

----------*Mas hoje o Bombeiro vive uma tristeza interior por não ter sido capaz de salvar alguém que tal como tantos outros necessitava de um apoio para a vida.* ---------- ---

----------*Estamos solidários com a dor desta partida tão inesperada e inconsolável verdadeiramente sentida pela esposa, filhos, restante família e amigos sem contudo deixar de partilhar a emoção de alguém que acompanhou, orientou e dirigiu os Bombeiros Voluntários de Sesimbra.* ----------

----------*Fica em cada um de nós o sentimento de neste momento partilhar, com toda a cooperação dos BVS a perda deste jovem Comandante, que deixou a sua marca na vida da população local e que o Município reconhece e agradece.* ----------

----------*A Assembleia Municipal de Sesimbra reunida a 15 de Abril manifesta o seu profundo pesar junto da esposa, filhos e restante família pela perda inesperada do seu companheiro de vida. Manifesta igualmente junto do comando dos Bombeiros Voluntários de Sesimbra, dos respetivos Corpos Diretivos e Comando Distrital, os nossos mais expressivos sentimentos de partilha pela dor vivida nestes momentos."*

----------**A Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade, o Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Comandante dos Bombeiros Voluntários de Sesimbra - Ricardo Cruz, e guardou um minuto de silêncio em sua memória**. ----------

----------Foi dado início à apreciação da **Saudação ao 25 de Abril e 1º de Maio**, apresentada pelo Grupo Político do PSD. ----------

----------A **Presidente da AM** deu a palavra ao **Deputado Lobo da Silva** que disse que as suas primeiras palavras iam para o Srº. Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra. Em seu nome pessoal e em nome da Comissão Política Concelhia do PSD de Sesimbra, endereçar as rápidas melhoras e transmitir que contasse com eles nesta fase difícil da sua vida. ----------

----------Relativamente à Saudação ao 25 de Abril e 1º de Maio o Deputado indicou que a bancada do PSD retirava a sua saudação, tendo em consideração que tinha sido apresentada uma saudação com o mesmo teor pela Comissão de Líderes. ----------

----------A **Presidente da AM** disse que registavam com agrado a retirada da saudação do PSD, uma vez que tinha sido acordado ao nível da Comissão de Líderes uma Saudação ao 25 de abril e 1º de maio com os contributos de todos os grupos políticos. ----------

----------Passou depois ao quarto documento, a **Saudação "Presidente da República Portuguesa - Prof. Dr. Marcelo Rebelo de Sousa - 2016/2021"**, apresentada pelo Grupo Político do PSD, que se reproduz:--

----------*"Portugal tem um novo Presidente da República. Marcelo Rebelo de Sousa recebeu mandato das portuguesas e dos portugueses para ocupar a mais alta magistratura na nação Portuguesa.* ----------

----------*O novo Presidente da República foi eleito no pretérito dia 25 de Janeiro com 52,14% dos votos, tendo Marcelo Rebelo de Sousa conseguido ser o candidato mais votado em todos os distritos e regiões autónomas, o que se revelou um facto inédito.* ----------

----------*Esta vitória clara e inequívoca no País, vencendo também no Concelho de Sesimbra, por voto directo e universal, dá ao eleito uma responsabilidade acrescida.* ----------

----------*Aqui se deixa uma palavra de apreço para todos os portugueses e, particularmente, aos Sesimbrenses pelo elevado espírito cívico manifestado numa eleição que não registou qualquer tipo de incidente em todo o país.*----------

----------*A Assembleia Municipal de Sesimbra vem endereçar os parabéns ao Prof. Marcelo Rebelo de Sousa pela sua eleição para o cargo de Presidente da República de Portugal e associa a sua forte convicção que o exercício do cargo será feito com grande competência, saber e isenção.* ----------

----------*Com votos das maiores venturas no desempenho do cargo de Presidente da República, esta Assembleia Municipal reunida a 15 de Abril, saúda o Prof. Dr. Marcelo Rebelo de Sousa pela sua eleição e convida Sua Excelência a honrar o Concelho de Sesimbra com a sua visita."* ----------

----------A **Presidente da AM** cedeu a palavra aos Deputados Municipais. ----------

----------O **Deputado Alain Monteiro** disse que em seu nome e em nome da bancada da CDU, queria expressar a sua grande amizade e estima pelo Sr. Presidente da Câmara e desejar uma rápida recuperação para que em breve pudesse estar com eles na Assembleia. ----------

----------Relativamente à Saudação disse que tinha ficado um pouco perplexo que fosse apresentado, pela primeira vez, este tipo de documento, se bem que alguma vez teria que ser a primeira. Nesse sentido consideravam que para já não se justificava, respeitavam obviamente o ato eleitoral e a eleição do Presidente da República, de facto tinha sido mais uma vez a democracia a funcionar, era pena o elevado

número de abstenção, mas isso eram outras questões. A bancada da CDU não iria votar favoravelmente, porque de facto não se reviam em muito do que estava escrito.----------

----------Por outro lado, consideravam não ser oportuno simplesmente porque conheciam o Presidente da República enquanto comentador, sabiam que muitas das posições que tinha tomado nestes últimos anos, em que Portugal viveu um período muito conturbado, tinham sido de apoio a muitas medidas de austeridade que atropelaram a Constituição, que não respeitaram os interesses dos portugueses, que não respeitaram Portugal. Contudo, ficavam com a ideia de que o Sr. Presidente da República ainda se encontrava em campanha, mas isso era certamente a sua agenda, mas de facto não lhe reconheciam trabalho meritório nesse sentido. ----------

----------Por fim solicitou à Srª. Presidente, uma vez que queria apresentar declaração de voto e não se queria estar a repetir, que a sua intervenção fosse transcrita para a Declaração de Voto. ----------

----------O **Deputado Miguel Ribeiro** disse que queria deixar também, em nome da Comissão Estratégica do Movimento Sesimbra Unida, o desejo de rápidas melhoras ao Sr. Presidente da Câmara, que tanta falta fazia na Assembleia Municipal. ----------

----------Relativamente à Saudação, o Movimento Sesimbra Unida (MSU) ao contrário daquilo que ali tinha sido dito, não achava que fosse algo de extraordinário. Até porque ainda não tinha havido, desde que estavam na assembleia, nenhuma eleição para Presidente da República. No entanto tinham uma sugestão de alteração à redacção, juntar os dois últimos parágrafos num só, ficando com o seguinte teor: *"A Assembleia Municipal de Sesimbra, reunida a 15 de abril de 2016, vem felicitar o Professor Marcelo Rebelo de Sousa pela sua eleição para o cargo de Presidente da República."* ----------

----------De resto parecia-lhes ser um documento equilibrado e não suscitava muita controvérsia. Sabiam que o Professor Marcelo Rebelo de Sousa não era uma pessoa querida de todos, mas cria que por dever Institucional, e era isso que estava ali em causa, não ficava mal uma Saudação da Assembleia Municipal pela eleição do novo Presidente da República.----------

----------O **Deputado Manuel José Pereira** disse que a bancada do PS desejava também o rápido restabelecimento do Sr. Presidente da Câmara e o seu regresso à Assembleia Municipal onde era bem necessário e que com certeza também lhe agradaria.----------

----------Depois e independente daquilo que a Srª. Presidente da Assembleia tinha dito, não queria deixar de a felicitar pelo prémio honroso que tinha recebido do Comité Olímpico.----------

----------Em relação à Saudação disse que propunham ao PSD, retirar completamente o penúltimo parágrafo e alterar o último no sentido de se felicitar apenas pela eleição. Porque não fazia qualquer

sentido a Assembleia Municipal convidar o Presidente da República, quem o devia fazer se assim entendesse, era a Câmara Municipal.----------

----------Quanto à Assembleia Municipal ter uma atitude de felicitação ao Presidente eleito, embora isso nunca tivesse sido feito, nem ele nem a bancada do PS tinha qualquer hostilidade, nem achavam mal que a Assembleia saudasse, sobretudo porque saudava a participação cívica das pessoas e não ter havido nenhum facto que corroesse a candidatura e a eleição. E nesse ponto de vista estavam dispostos a votar com as *nuances* referidas. A redacção podia ser exactamente a sugerida pelo Deputado Miguel Ribeiro e retirar o último parágrafo que não fazia qualquer sentido. ----------

----------O **Deputado José Guerra** referiu que também desejava as rápidas melhoras do Sr. Presidente da Câmara e o seu regresso o mais depressa possível às suas funções.----------

----------Relativamente à Saudação disse que o Bloco de Esquerda entendia não votar a favor, porque era muito cedo para saudar o que ainda não tinham visto. Já tinham sido eleitos vários presidentes, que mostraram o seu papel e a sua intervenção cívica na sociedade, e não foram saudados na Assembleia Municipal de Sesimbra. E como tal, sem ver o trabalho, sem ver a ação, apenas conhecendo o seu papel de comentador na televisão, não podiam votar a favor da saudação ao Presidente da República.----------

----------O **Deputado Lobo da Silva** disse que não sabia por que intervenção devia começar, se pela CDU, se pelo PS, se pelo BE, porque todos faziam parte do arco da governação. Contudo, o PSD quando fez a saudação já estava à espera destas reacções, porque não eram ingénuos.----------

----------Quanto ao Deputado Alain Monteiro dizer que tinha ficado perplexo, queria dizer-lhe que também havia muitas coisas que o deixavam perplexo, ainda há pouco, em outubro, novembro e dezembro, mas como dizia a bancada da CDU, e muito bem, era a democracia a funcionar. Agora não sabia qual a relação que o deputado queria dar entre a austeridade e o Professor Marcelo Rebelo de Sousa, presentemente Presidente da República. ----------

----------Relativamente à proposta do MSU disse que não via qualquer problema em aceitar. ----------

----------Quanto à intervenção do PS disse que no anterior mandato não tinha havido eleições para o Presidente da República, tinha havido agora e o PSD podia apresentar a saudação. Em relação a saudações a pessoas a Assembleia Municipal de Sesimbra já tinha aprovado uma saudação, não a um Presidente da República, a um ex-presidente da República e o PSD tinha votado favoravelmente.----------

----------Relativamente ao Bloco de Esquerda disse que já estava à espera que o camarada José Guerra votasse contra, agora dizer que ainda não tinha visto nada além do papel na televisão, das duas uma, ou andava desatento, ou não tinha percebido a mensagem. ----------

----------A **Presidente da AM** disse que depois as intervenções dos Líderes de Bancada e das respostas do Deputado Lobo da Silva estavam para intervir os Deputados Manuel José Pereira e Alain Monteiro. Tendo em conta os documentos para apreciação, apelava para que tivessem a capacidade de intervir numa perspectiva de síntese, sem deixar naturalmente de referenciar aquilo que eram as opções, as considerações e as defesas que cada um devia fazer. ----------

----------O **Deputado Alain Monteiro** disse que lançava um desafio ao Deputado Lobo da Silva para que fizesse alterações mais profundas, retirando o 2º, o 3º e o último parágrafo. E assim a bancada da CDU estaria em condições de votar favoravelmente a saudação. ----------

----------O **Deputado Manuel José Pereira** disse que a intervenção do Deputado Alain tinha-o deixado ainda mais baralhado. Comungava das preocupações da Srª. Presidente, intervir com ponderação, com calma, sem ironias, para que as pessoas pudessem ouvir e perceber o que estavam ali a fazer. E o apelo que queria fazer era muito simples, dado que o PSD não teve vontade de promover previamente a aprovação, e constatada a derrota, a saudação devia ser retirada, porque não estavam ali a brincar. Para uma saudação à eleição do Presidente da República ser reprovada, mais valia ser retirada. ----------

----------A **Presidente da AM** disse ao Deputado Lobo da Silva que lhe permitisse fazer uma consideração, uma vez que tinham surgido três sugestões de alteração ao texto, se havia inconveniente do documento ficar para votação mais para o fim, enquanto procuravam fazer acertos, colher as opiniões sugeridas e criando uma nova redacção, porque tinham mais documentos para apreciação.----------

----------O **Deputado Lobo da Silva** disse que não via qualquer problema a Saudação ficar para o fim. -----

----------Então a **Presidente da AM** solicitou, que fizessem chegar as opiniões de alteração ao texto, quer o Deputado Miguel Ribeiro, quer o Deputado Manuel José Pereira, junto do Deputado Alain Monteiro, para que pudessem mais tarde retomar a apreciação da saudação já com um alinhamento do texto. -----

----------Passou à apreciação da **Saudação ao 25 de abril e 1º de maio**, referindo que esta era uma saudação saudável e politicamente assumida, em que todas as forças políticas da Assembleia, através dos seus Líderes, assumiram que seria subscrita por todos, com o contributo que foram dando e que foram ajustando. Portanto, com uma conclusão positiva no sentido de evidenciar aquilo que são os 42 anos desta revolução, não deixando de referenciar o 1º de maio como uma comemoração que se reveste com a mesma veracidade e autenticidade para o povo português. Depois colocou à votação a Saudação. ------

----------**A Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade, a Saudação ao 25 de abril e 1º de maio**, que se transcreve: ----------

----------"Comemoramos no próximo dia 25 de Abril o 42º Aniversário da Revolução dos Cravos, aquele que foi um dos acontecimentos mais marcantes e importantes do século XX em Portugal e que continua a ser aquele que mais une os Portugueses. ----------

----------Comemoramos o aniversário da Revolução dos Cravos como um tributo ao Movimento das Forças Armadas e a todos os que foram perseguidos, torturados ou que perderam a vida pelas suas convicções na Liberdade, na Igualdade, na Justiça e na Paz. Recordamos o ato revolucionário que pôs fim a 48 anos da ditadura fascista que submeteu o pais e o povo português à miséria e à pobreza, ao atraso e ao isolamento, à censura, à repressão, às perseguições políticas e a uma cruel guerra colonial. Mais uma vez celebramos o dia que pôs fim a um Portugal triste, amargurado e cinzento e recordamos a conquista das profundas transformações políticas, económicas, sociais e culturais. Evocamos o dia que mudou as nossas vidas, na afirmação de Portugal como Estado soberano, democrático e livre. ----------

----------Festejamos por isso a liberdade e a promoção de uma nação mais Justa, Solidária e Igualitária nos direitos. Festejamos o direito à educação, à saúde e à proteção social para todos, o direito ao trabalho e os direitos do trabalho, o Poder Local democrático. É hoje indiscutível que 42 anos de democracia trouxeram incontestáveis progressos materiais e benefícios significativos no acesso a serviços públicos e a prestações sociais de um Estado desenvolvido, mas lamentavelmente não impediram a persistência de profundas desigualdades na distribuição dos rendimentos, no drama do desemprego, da pobreza e da exclusão social. ----------

----------Assinalamos igualmente as comemorações do 1º de Maio, o dia do trabalhador, que pela primeira vez em 1974, e no seguimento da revolução dos cravos, voltou a ser comemorado livremente em Portugal. Não podemos desta forma deixar de nos associar a todos os trabalhadores que lutam diariamente pela dignidade das suas carreiras, pela valorização do seu trabalho, por salários justos, e por melhores condições laborais. Associamo-nos a todos que diariamente lutam contra a precariedade ou mesmo pelo direito ao emprego. ----------

----------VIVA O 25 DE ABRIL! VIVA O 1º DE MAIO!----------

----------A Assembleia Municipal de Sesimbra, reunida a 15 de abril de 2016, saúda: ----------

----------1. O 42º aniversário do 25 de Abril esperando que as novas gerações entendam a sua importância para Portugal e apelamos à população do concelho, que também saudamos efusivamente como seus principais representantes, para participar ativamente nas comemorações deste dia decisivo da democracia e da liberdade, hoje como há 42 anos; ----------

----------2. Os militares de Abril pela operação militar desencadeada que levou ao fim a ditadura salazarista;----------

----------*3. Todos os trabalhadores portugueses, manifestando-lhes toda a solidariedade, na sua luta pelo emprego com direitos.* ----------

----------*Dar conhecimento desta Saudação:* ----------

----------*Presidente da República; Presidente da Assembleia da Republica; Primeiro-ministro; Grupos Parlamentares da Assembleia da Republica; Camara Municipal de Sesimbra; Juntas e Assembleias de Freguesia do concelho de Sesimbra; Camaras Municipais da Área Metropolitana de Lisboa; Assembleias Municipais da Área Metropolitana de Lisboa; Junta Metropolitana de Lisboa; CGTP e UGT; Associação 25 de abril; Comunicação Social Local e Regional."*----------

----------Seguidamente foi dado início à **Saudação "40 anos da Constituição de 1976"** ----------

----------**A Presidente da AM** disse que também esta saudação tinha resultado de acordos prévios entre a Comissão de Líderes, permitindo que se fizesse um registo destes 40 anos da Constituição da República Portuguesa. Colocou de imediato à votação a saudação.----------

----------**A Assembleia Municipal** a**provou, por unanimidade, a Saudação "40 anos da Constituição de 1976"**, que se reproduz: ----------

----------*"Celebram-se, no presente mês de Abril, 40 anos de Constituição da República Portuguesa, aprovada pela Assembleia Constituinte a 2 de abril de 1976, com início de vigência no dia 25 de Abril, e que se mantém em vigor com as alterações introduzidas pelas sete revisões constitucionais que tiveram lugar. --* ----------

----------*Com a consagração, na Constituição da República, do poder local democrático enquanto pilar das sociedades modernas, tiveram lugar em 12 de Dezembro de 1976 as primeiras eleições autárquicas, registando-se igualmente em 2016 os 40 anos de poder local.*----------

----------*A Constituição da República de 1976 com as alterações entretanto introduzidas, adaptando o texto a novas necessidades, continua a assumir um papel de salvaguarda de direitos, liberdades e garantias e assume-se como referência de regras e valores essenciais que norteiam o nosso regime democrático.* ----------

----------*Assim, a Assembleia Municipal de Sesimbra, reunida em sessão ordinária no dia 15 de Abril de 2016, saúda os 40 anos da Constituição da República Portuguesa, os homens e mulheres que fizeram parte da respetiva Assembleia Constituinte e todos aqueles que, ao longo destas quatro décadas, contribuíram para o cumprimento e para a consolidação do nosso regime democrático.*----------

----------*Dar conhecimento a:*----------

----------*Presidente da República; Presidente da Assembleia da República; Primeiro-ministro; Grupos parlamentares da Assembleia da República; Comissão dos assuntos constitucionais, direitos, liberdades e*

garantias da Assembleia da República; Juntas e Assembleias de freguesia do concelho de Sesimbra; Comunicação social local e regional; Câmaras e Assembleia Municipais da AML." ----------

----------O **Deputado Manuel José Pereira** apresentou a seguinte **Declaração de Voto**. ----------

----------*" O Partido Socialista revia-se a 100% na versão inicial desta Saudação que, como sabem, também enaltecia não só o trabalho dos constitucionalistas originais de há 40 anos, mas também todos os processos de revisão constitucional, e foram sete ao longo destes anos. E portanto era para dizer que, não obstante por uma questão de unanimidade nesta saudação aceitamos votá-la, nos moldes em que ficou, mas também consideramos que ao longo dessas sete revisões foram introduzidos melhoramentos na Constituição que melhor a adaptaram aos tempos que entretanto iam correndo."* ----------

----------Depois foi dado início à **Moção "Construção do Aeroporto Complementar de Lisboa na Base Aérea nº 6"**, apresentada pelo grupo político do PSD. **----------**

----------A **Presidente da AM** disse que esta moção descrevia uma intenção dos benefícios, não só para o País mas também para aquela zona. Fazia ainda referências à oportunidade de emprego como também àquilo que era uma vertente importantíssima para a dinâmica turística e económica da região. E de igual modo solicitava a adesão da Assembleia Municipal ao apoio à localização desta base aérea e de algum modo envolver também outras entidades, que estavam naquele momento em processo de expansão do plano de capacidade do aeroporto de Lisboa. ----------

----------Cedeu a palavra aos Deputados Municipais para se pronunciarem.----------

----------O **Deputado Manuel José Pereira** referiu que independentemente de vir a ser sugerida a moção baixar à Comissão, embora tivessem a convicção e alguma informação de que a Base Aérea nº 6 viria a ser de facto a extensão do Aeroporto de Lisboa, numa perspectiva de *low cost*, concordavam com a moção e achavam que havia uma mais-valia para o nosso distrito e para a nossa região. Mas não concordavam com os termos em que era proposto, "… *que a Assembleia Municipal inste o município de Sesimbra na pessoa do Sr. Presidente da Câmara a acompanhar ativamente o processo*…" ----------

----------A Assembleia podia concordar com a localização, podia tecer todas as considerações, agora instar a Câmara não lhe parecia que fosse um termo adequado ao órgão assembleia. Naturalmente que a Câmara teria a intervenção que entendesse, até na Área Metropolitana de Lisboa, na Associação de Municípios da Região de Setúbal, no sentido de emitir a sua opinião mais fundamentada de acordo com estudos que tivesse e que entendesse vir a fazer. Portanto estavam dispostos a aprovar mas com essa ressalva, de ser retirada essa pequena frase. E se a Assembleia encontrasse condições para uma discussão mais aprofundada em sede de comissão, também não tinham qualquer problema em aceitar.----------

----------O **Deputado Nuno Nabais** disse que achava que a questão fundamental tinha mesmo a ver com a importância estratégica para o país e para a nossa região, não só em termos de desenvolvimento económico, ordenamento do território, etc. Achava que devia haver um pouco mais de ponderação e cuidado em relação a uma posição definitiva da assembleia sobre esta questão. Porque também era preciso colocar em cima da mesa as alternativas, se existem, se não existiam, a situação que se colocou nos últimos anos do Campo de Tiro em Alcochete, uma alternativa também bastante credível, avaliada e analisada. Portanto havia documentação técnica que devia ser cuidadosamente vista para a Assembleia Municipal poder votar em conformidade. E a sua sugestão, um pouco na sequência do que tinha sido já referido, era que a moção baixasse à comissão e se fizesse uma análise mais detalhada do processo antes de se tomar uma decisão definitiva.----------

----------O **Deputado Miguel Ribeiro** referiu que a posição do MSU era claramente de apoio. Compreendiam a posição que tinha sido veiculada, quer pelo PS, quer pela CDU, da possibilidade da moção baixar à comissão. No entanto, caso a moção viesse a ser ali votada, sugeriam uma alteração já nos considerandos finais, que seria a seguinte: ----------

----------*1. Manifestar o seu apoio à possível localização na Base Aérea nº6, da solução aeroportuária complementar de Lisboa, realçando a importância do acompanhamento ativo por parte do município de Sesimbra no processo de construção do Aeroporto complementar de Lisboa na Base Aérea nº.6".* ---------

----------Mantinha-se quase a mesma redacção mas dando uma volta no sentido de retirar a referência a instar, que lhe parecia excessiva, não se podia instar o município de Sesimbra a fazer o que quer que fosse. Compreendiam que era apenas uma alternativa, era um risco a Assembleia Municipal tomar uma decisão de apoio, mas parecia-lhes ser uma boa solução. E portanto nada impedia que a Assembleia Municipal manifestasse o seu apoio à presente moção.----------

----------O **Deputado José Guerra** disse que estava de acordo que a moção baixasse à comissão, não se sentia à vontade de votar coisas que desconhecia. Porque tecnicamente não tinha tido acesso porque é que se defendia aquele sítio e não outro qualquer. Também não tinha conhecimento se houve algum estudo sobre o impacto ambiental, sobre a questão da mobilidade e de outras situações, que tinham a ver com um estudo mais técnico.----------

----------A **Presidente da AM** lembrou que de acordo com o Regimento da Assembleia, tinha que haver a disponibilidade do proponente para o documento baixar à comissão. E a partir daí sim, passar à deliberação para definir a que comissão baixava para ser apreciado.----------

----------Deu a palavra ao **Deputado Lobo da Silva** que disse que não ia fazer qualquer comentário sobre a intervenção do deputado José Guerra, porque sinceramente não tinha percebido. Simplesmente tinham

tomado nota que o PS estava a favor mediante algumas alterações. Que o MSU estava a favor mediante algumas alterações. E que a CDU queria enxotar o processo. Portanto o PSD não tinha qualquer problema em o documento baixar à comissão, mas que ficasse definido qual era a comissão.----------

----------A **Presidente da AM** indicou que avaliando o conteúdo da moção tinham duas hipóteses, ou baixava à Comissão "2"- Planeamento Urbanístico, Ambiente e Ordenamento do Território, ou à Comissão "1" – Líderes dos Grupos Municipais.----------

----------O **Deputado Lobo da Silva** disse que face ao teor da moção devia baixar à comissão "4"- Planeamento Estratégico e Atividade Económica. Mas se achassem que devia ser outra comissão, estavam de acordo em discutir. ----------

----------O **Deputado Manuel José Pereira** disse que devia baixar à Comissão "2"- Planeamento Urbanístico, Ambiente e Ordenamento do Território e à Comissão "4"- Planeamento Estratégico e Atividade Económica, uma vez que havia questões associadas ao urbanismo e acessibilidades da região e interessaria também que o concelho de Sesimbra estivesse envolvido nessas problemáticas. ----------

----------O **Deputado Miguel Ribeiro** mencionou que já se tinha falado na Comissão "1", na Comissão "2" e na Comissão "4", daqui a pouco estavam a abranger as comissões todas, mas dado a matéria em causa julgava que a Comissão "2" e a Comissão "4" eram as mais indicadas. ----------

----------O **Deputado Nuno Nabais** disse que dado a natureza da questão, era claro que devia ser alargado à Comissão "2". ----------

----------O **Deputado José Guerra** disse que não via nenhum inconveniente, apenas queria pedir desculpa por não terem percebido a sua intervenção e se quisessem podia repetir. ----------

----------A **Presidente da AM** disse ao deputado que como a moção ia ser remetida para as Comissões "2" e "4", iriam dispensar a repetição da sua intervenção, mas queria dizer-lhe que não era tanto por aquilo que não se percebia, mas mais por aquilo que não se ouvia em termos de gravação. ----------

----------Depois colocou à votação a **Moção "Construção do Aeroporto Complementar de Lisboa na Base Aérea nº 6"** e que se transcreve:----------

----------*"A construção do Aeroporto Complementar de Lisboa na Base Aérea nº6 assume-se como um investimento estratégico para o desenvolvimento do Distrito de Setúbal, na criação de emprego, na atração de novas empresas, na melhoria das acessibilidades e mobilidade e consequentemente na qualidade de vida das populações.* ----------

----------*O desenvolvimento desta nova infraestrutura aeroportuária estima-se que leve à criação, no ano de abertura, de 4500 postos de trabalho, podendo chegar na sua fase de capacidade máxima a 15 000 novos empregos.* ----------

----------Por outro lado, prevê-se que no ano de abertura venha a ser utilizado por 6 milhões de passageiros, podendo chegar aos 20 milhões de passageiros por ano. ----------

----------Estes números demonstram o potencial de atração de novos investimentos para o distrito de Setúbal, oriundos de novos setores de atividade económica como, por exemplo, o turismo, diversificando e modernizando a economia, podendo dar lugar a um novo dinamismo económico gerador de riqueza e bem-estar social na comunidade, que se revela imprescindível. ----------

----------A revitalização económica, associada à atração de novos moradores e visitantes criará uma oportunidade única de acelerar a reabilitação urbana, permitindo a sua requalificação e modernização.

----------A implementação na Base de uma nova infraestrutura aeroportuária irá gerar uma nova mobilidade no Distrito através da implementação de um novo sistema de transportes públicos que, ao servir o futuro aeroporto servirá simultaneamente vários Concelhos. Será ainda necessário implantar novas acessibilidades, por forma a interligar a nova infraestrutura com as redes rodoviárias nacionais e municipais, permitindo o desenvolvimento de um conjunto de novas estradas ambicionadas há vários anos pelos diversos Municípios. ----------

----------Assim, a Assembleia Municipal de Sesimbra, reunida no dia 15 de Abril de 2016, delibera: ---------

----------1. Manifestar o seu apoio à localização na Base Aérea nº6, da solução aeroportuária complementar de Lisboa; ----------

----------2. Instar o Município de Sesimbra na pessoa do Sr. Presidente da Câmara a acompanhar ativamente no processo, da construção do aeroporto complementar de Lisboa, na Base Aérea n.º 6; ------

----------3. Comunicar a presente Moção às entidades envolvidas no Memorando de Entendimento sobre o Desenvolvimento de um Plano de Expansão Alternativo da Capacidade do Aeroporto de Lisboa, nomeadamente: ----------

----------Ministério de Estado e das Finanças; Ministério de Economia; Ministério da Defesa Nacional; Câmara e Assembleia Municipal de Lisboa; Câmaras e Assembleias Municipais do Distrito de Setúbal; Navegação Aérea de Portugal – NAV Portugal E.P.E; ANA – Aeroportos de Portugal S.A.----------

----------4. Comunicar a presente Moção aos órgãos de comunicação social locais, regionais e nacionais."

----------A **Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, baixar às Comissões de Planeamento Urbanístico, Ambiente e Ordenamento do Território e de Planeamento Estratégico e Atividade Económica, a Moção "Construção do Aeroporto Complementar de Lisboa na Base Aérea nº 6"**. ----------

----------Depois foi dado início à **<u>Moção "Candidatura de António Guterres a Secretário-Geral da ONU"</u>** -

----------A **Presidente** informou que a moção tinha sido desenvolvida ao nível da Comissão de Líderes e tratava-se de facto de apoio à candidatura do Eng.º António Guterres e naturalmente referenciava não só

as tarefas que competia ao Secretário-geral desta organização, mas também as tarefas e a responsabilidade que tinha sido anteriormente confiada ao Eng.º António Guterres, aquando do cargo de Alto-comissário das Nações Unidas para os Refugiados. O processo estava a decorrer, quase que diria como prova oral, e portanto a adesão da Assembleia Municipal a esta candidatura era uma forma de subscrever, como que de novo, o Secretário-geral para as Nações Unidas, português. Daí que a moção tivesse essa particularidade de manifestar a adesão e de subscrever a candidatura e desejar que a mesma viesse a ser uma concretização para o País e naturalmente também para o Mundo. ----------

----------Deu a palavra ao **Deputado José Guerra** que disse que queria fazer um comentário que talvez esclarecesse a sua intervenção anterior que não tinham percebido. Se fosse há uns anos atrás votaria contra à candidatura do Eng.º António Guterres, mas depois de todo o trabalho exemplar que este fez na questão dos refugiados ia votar a favor da moção. Porque nos anos em que esteve no Governo o Eng.º António Guterres não cumpriu o seu papel, mas enquanto Alto-comissário das Nações Unidas para os Refugiados cumpriu bem o seu papel e demostrou que podiam confiar nele. ----------

----------O **Deputado Manuel José Pereira** disse que era só para se congratular da "prova oral" ter sido no dia anterior, porque pensava que havia uma unanimidade em torno desta situação e naquele dia percebia que era um grande desígnio nacional o Eng.º António Guterres poder vir a ser o Secretário-geral da ONU. --

----------O **Deputado Lobo da Silva** disse que a moção ia ter o voto favorável da bancada do PSD. No entanto queria deixar claro o seguinte: reconheciam que ser Primeiro-ministro era uma função relevante, mas não quisessem que deixassem de criticar a atitude de António Guterres enquanto Primeiro-ministro. Mas reconheciam mérito nesta candidatura e votariam a favor. ----------

----------O **Deputado Miguel Ribeiro** disse que o MSU ia votar favoravelmente a moção pois parecia-lhes muito apropriada, tendo em consideração o trabalho que foi exercido pelo Eng.º António Guterres ao nível da Organização da Nações Unidas. ----------

----------Quanto à questão de ter desempenhado, ou não, da melhor maneira as funções como primeiro-ministro, disse que isso não estava em causa ao nível da presente moção. Porque apenas se ressaltava um conjunto de funções que o Eng.º António Guterres exerceu, não se qualificava se essas funções tinham sido exercidas de forma positiva ou negativa. ----------

----------O **Deputado Nuno Nabais** disse que queria realçar um pormenor, achava que deviam também associar o apoio à candidatura do Eng.º António Guterres a uma possibilidade de transformar um pouco as Nações Unidas, dar um novo alento, dignificar esta instituição fundamental para a paz, para a recuperação, sobretudo no mundo atual bem necessitado da força e do papel da ONU nos mais diversos

conflitos e nos mais diversos problemas que estão por resolver. E consideravam muito dignificante para Portugal ter no cargo de Secretário-geral da ONU uma figura como o Eng.º António Guterres. ----------

----------Terminadas as intervenções, a **Presidente da AM** colocou a Moção à votação. ----------

----------**A Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade, a <u>Moção "Candidatura de António Guterres a Secretário-Geral da ONU</u>"**, que se transcreve:**----------**

----------*"A Organização das Nações Unidas (ONU) tem como objetivos essenciais manter a segurança e a paz mundial, promover os direitos humanos, auxiliar no desenvolvimento económico e progresso social, proteger o meio ambiente e promover ajuda humanitária em casos de fome, desastres naturais e conflitos armados.* ----------

----------Na estrutura organizativa das Nações Unidas, o Secretário-Geral, nomeado pela Assembleia Geral, é o seu mais alto responsável. É o porta-voz e líder da ONU, devendo pautar a sua atuação pelos princípios de independência e imparcialidade. ----------

----------Na candidatura entregue pelo governo português aos presidentes da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança das Nações Unidas, referem-se as qualificações excecionais do Eng.º António Guterres para o cargo de Secretário-Geral da ONU. ----------

----------É também hoje claramente conhecido um amplo consenso nacional em torno desta candidatura, bem como alguns importantes apoios internacionais que já suscitou. ----------

----------O Eng.º António Guterres exerceu o cargo de Alto-Comissário das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), de 2005 a 2015, de forma exemplar, conforme tem sido unanimemente reconhecido pela comunidade nacional e internacional, fruto da sua capacidade de liderança e gestão ao mais alto nível e tendo como base o seu compromisso com os ideais humanistas consagrados nos objetivos e nos princípios da Carta das Nações Unidas. ----------

----------Antes de ser Alto-Comissário da ONU, para além das causas sociais a que sempre se dedicou, desempenhou relevantes funções políticas, tais como Secretário-Geral do Partido Socialista, Presidente da Internacional Socialista, Presidente da Assembleia Municipal do Fundão, Deputado à Assembleia da República e Primeiro-Ministro dos XIII e XIV Governos Constitucionais.----------

----------Face ao exposto e considerando a forma como o Eng.º António Guterres cumpriu as suas funções como Alto-Comissário das Nações Unidas para os Refugiados, há que reconhecer que reúne todas as condições para vir a exercer novas e mais elevadas funções, contribuindo para a aproximação entre povos e culturas, a defesa da paz, a promoção dos valores da solidariedade e de uma maior justiça social a nível global, com tolerância e respeito pela diferença que as culturas e a relação entre os povos representam.

----------*Como o próprio reconheceu, trata-se de uma candidatura que "não é fácil", mas que se impõe como uma "obrigação" de serviço público.* ----------

----------*Assim, a Assembleia Municipal de Sesimbra, reunida em 15 de abril de 2016, delibera:*----------

----------*Manifestar o seu apoio à candidatura de António Guterres a Secretário-Geral das Nações Unidas por se tratar de um português, que nesta fase conturbada da vida do mundo tem a capacidade de promover o diálogo de diferentes culturas e civilizações, de contribuir para a paz entre os povos, e de dar um contributo necessário, urgente e imprescindível para que, com melhor distribuição dos recursos disponíveis e mais justiça social, se possa melhorar a situação dos mais desfavorecidos e marginalizados no respeito pelos direitos humanos e na defesa do património comum da humanidade.* ----------

----------*Remeter a:*----------

----------*Órgãos de Soberania; Grupos Parlamentares da AR; Câmara Municipal de Sesimbra; Juntas e Assembleias de Freguesia do concelho e Órgãos de Comunicação Social locais."* ----------

----------A **Presidente da AM** deu início à **<u>Moção "Contra o Terrorismo pela Paz e Cooperação</u>**". ----------

----------Informou que este documento também tinha nascido no seio da Comissão de Líderes, baseado pelos acontecimentos recentes do atentado em Bruxelas e não só, a Assembleia Municipal tinha manifestado sempre sobre estas matérias o espírito de cooperação, de solidariedade, não só para com os países mas sobretudo para com as famílias. E também na salvaguarda daquilo que pareciam ser acontecimentos de terrorismo e que todos repudiavam. Naturalmente que a presente moção referenciava outros casos para além dos que aconteceram em Bruxelas, mas também era desta forma que a Assembleia Municipal podia fazer-se ouvir, junto das Embaixadas, junto da Comunicação Social.

----------Cedeu a palavra ao **Deputado Tiago Aragão** que referiu que que todos deviam estar atentos à questão do terrorismo. E embora muitas das situações tivesse ocorrido a alguma distância de Portugal, a verdade é que esta problemática a todos dizia respeito. E como referia na moção, a luta tem que ser travada, não só nos meios que estavam a verificar em termos de uma situação bélica, ou na defensiva, ou na ofensiva, mas dizia respeito a todos no sentido da defesa da liberdade, dos direitos e garantias, o respeito pelo estrangeiro, o acolhimento aos que procuram na Europa e em Portugal uma situação de vida diferente, que não encontram nos seus países. ----------

----------Era de exaltar esta moção, porque de facto era relevante estarem atentos como cidadãos e como organismos destas realidades, em apoiar os que vêem para Portugal e também os que estão debilitados nos seus países e que merecem a atenção de todos para dar uma solução. Que não podia passar apenas pela parte bélica, mas realmente por intervenções políticas e sociais de relevo nessas comunidades. ----

----------Não havendo mais ninguém para intervir, a **Presidente da AM** colocou a moção à votação. ------

---------- A **Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade,** a **Moção – "Contra o Terrorismo pela Paz e Cooperação**", que se transcreve: ----------

----------*"No passado mês de Março, fomos mais uma vez fustigados com as hediondas ações terroristas que tiveram lugar na Europa e na Ásia, reclamadas pelo autoproclamado Estado Islâmico.* ----------

----------*No dia 22 de Março em Bruxelas, do qual resultaram pelo menos 35 mortos e mais de 300 feridos; A 25 de Março no Iraque, do qual resultaram 30 mortos e mais de 90 feridos e no Paquistão a 27 de Março, que se saldou em 70 mortos e mais de 300 feridos, principalmente mulheres e crianças.* ----------

----------*Este cenário de terror está a inundar diariamente os órgãos de comunicação social dominante, com as notícias dos atentados e as investigações subsequentes, as buscas, as suspeitas, os dramas, bem como todas as conjeturas e comentários, contribuindo e alimentando um clima de medo, que sempre aproveita a interesses obscuros nestas alturas de crise.* ----------

----------*Contudo, sobre as causas do terrorismo e forma de o combater muito pouco ou nada é dito, mas apenas se refere que se reforçou a intervenção militar num local ou noutro, e se aumentaram as medidas de segurança neste ou naquele lugar.* ----------

----------*É importante que no contexto em que nos encontramos, nós Europeus, que temos uma tradição de humanismo e reconhecimento dos direitos humanos, bem como das liberdades e garantias dos cidadãos, estejamos alerta e não percamos o nosso foco.*----------

----------*Este deverá ser sempre a defesa intransigente da Paz e Cooperação entre os povos, bem como a defesa dos Direitos Humanos e da Soberania dos Estados, pela rutura com políticas identificadas com a extrema-direita, xenófobas e racistas, assim como políticas de opressão, belicistas e securitárias, que visam fomentar a desconfiança e retirar direitos e liberdades aos cidadãos.*----------

----------*A Assembleia Municipal de Sesimbra, reunida a 15 de Abril de 2016, decidiu apresentar o seu mais vivo repúdio por todos e quaisquer atos terroristas, salientando a importância do tratamento responsável e que respeite os direitos humanos no que se refere ao problema dos refugiados, bem como releva a importância da luta pela Paz e Cooperação entre os povos como a forma mais justa e mais eficaz de combate ao terrorismo.* ----------

----------*Mais se delibera apresentar às famílias atingidas, através das respetivas embaixadas, o nosso sentimento de profundo pesar.* ----------

----------*Dar conhecimento:* ----------

----------*Câmara Municipal de Sesimbra; Juntas de Freguesia e Assembleias de Freguesia do Concelho; Órgãos de Comunicação local; Assembleias Municipais da Península de Setúbal; Câmaras Municipais da Península de Setúbal; Partidos com assento na Assembleia da República; Presidente da República;*

Primeiro-ministro; Ministro dos Negócios Estrangeiros; Conselho Nacional para a Paz e Cooperação; Amnistia Internacional; Movimento Democrático de Mulheres; Departamento Nacional de Mulheres Socialistas; Movimento das Mulheres Social-Democratas." ----------

----------Passou-se à apreciação da **<u>Moção – "Solidariedade com os Ativistas Angolanos</u>"** ----------

----------**A Presidente da AM** referiu que este documento tinha sido apresentada pelo Movimento Sesimbra Unida com a adesão do Partido Socialista e do Bloco de Esquerda e referenciava o espírito de solidariedade face àquilo que foram as soluções para o processo que envolveu os 17 angolanos.----------

----------Depois cedeu a palavra aos Deputados Municipais para se pronunciarem. ----------

----------O **Deputado Manuel José Pereira** referiu que queria deixar claro, na sequência do que tinham feito aquando da greve de fome do Luaty Beirão, que se devia procurar aprovar este documento. Julgava que não seria fácil aprová-lo por unanimidade, mas era importante que a assembleia o aprovasse. Sabiam o que se tinha passado na Assembleia da República em termos de votações, não tinha que ser necessariamente assim, muitos deles ali já tinham votado de forma diferente da orientação dos seus partidos a nível nacional, em matérias respeitantes ao concelho, ou que os sensibilizava. E portanto era o que deviam fazer, votar pela liberdade de expressão, pela solidariedade, por mais cidadania, por mais soberania global. Era este o apelo que deixava, que cada um ao votar sentisse que podia ter alguma influência na forma como o país em causa via aqueles activistas e aqueles presos.----------

----------O **Deputado Alain Monteiro** disse que a bancada da CDU não ia votar favoravelmente o documento, contudo não queriam ser mal interpretados e não votariam contra. E conhecendo a história do PCP sabiam que defendiam a liberdade de expressão, defendiam a união, defendiam o pensamento, defendiam os direitos humanos, defendiam a democracia. E tinham defendido durante os anos em que o PCP este na clandestinidade, durante o período Salazarista, durante 48 anos. E como a Declaração de Voto da CDU ia neste sentido não se ia alongar mais. ----------

----------O **Deputado Miguel Ribeiro** referiu que não podia deixar de dar uma explicação, uma vez que o MSU tinha estado na origem da redação do documento. Tinham procurado fazer um documento equilibrado no sentido de obter o máximo de consenso por parte da assembleia, era esse o objectivo principal. E se os colegas deputados fizessem uma leitura atenta, observariam que 99% eram factos que ocorreram. Portanto não havia um prejuízo de valor aos factos que aconteceram. ----------

----------Realçou que o MSU gostaria que o documento fosse subscrito por unanimidade, mas já tinham visto que isso não iria acontecer, o que lamentavam uma vez que era uma questão importante. Aliás, todas as questões que se prendem com a violação de direitos fundamentais, neste caso, de reunião e de pensamento, devem ser fortemente renegadas nas instâncias democráticas, quer a nível nacional, quer a

nível local, quer a nível regional. E era isso que se pretendia. Não tinham conseguido esse objectivo, paciência. Estavam à espera que houvesse alguma sugestão de alteração a algum termo que fosse considerado mais forte, ou menos adequado, mas isso também não aconteceu. ----------

----------O **Deputado João Rodrigues** disse que defendendo a soberania dos estados e não tendo todos os dados disponíveis sobre o que realmente aconteceu, em termos de pormenor, aquilo que sabia e que era do conhecimento público é que esteve em causa direitos humanos, nomeadamente a limitação à liberdade de expressão, de reunião e de pensamento. E portanto ia votar favoravelmente a moção. -----

----------O **Deputado Lobo da Silva** referiu que o documento tinha um pouco a ver com a situação dos ativistas angolanos e por isso a bancada do PSD ia ter dois sentidos de voto. Tinha sérias dúvidas, e defendendo aquilo que disse o Deputado João Rodrigues sobre a soberania dos estados, de estarem a opinar sobre a presente matéria. Mas também o Governo Angolano, há pouco meses, se tinha pronunciado sobre matérias do Governo Português. E nessa altura levantou-se vozes de que estava a haver ingerências do Governo Angolano a certas atitudes do Governo Português. Portanto reconhecendo legitimidade, quer do Governo, quer dos activistas, se pronunciarem em consciência e não tendo mais elementos sobre esta matéria, pessoalmente a sua posição era a de abstenção. ----------

----------O **Deputado José Guerra** disse que também tinha participado na elaboração da moção e ia votar a favor, mas queria dizer o seguinte: votava a favor da presente moção como já tinha votado ao longo dos tempos, contra a ditadura no Chile, contra a ditadura no Brasil, contra a ditadura dos coronéis na Grécia. E como atualmente defendia a liberdade e era solidário com os presos na Arábia Saudita, com os presos por esse mundo inteiro que, por pensarem, por lerem, por exprimirem opiniões diferentes, eram detidos e em alguns casos espancados, chicoteados, etc., por isso achava que não era ingerência nenhuma. Também gostariam que ingerissem no nosso país, a ONU, quando Portugal teve uma ditadura. ----------

----------A **Presidente da AM** colocou à votação a **Moção "Solidariedade com os Ativistas Angolanos"**. -

----------**A Assembleia Municipal aprovou, por maioria, com 10 votos a favor (6 do PS, 2 do MSU, 1 do PSD/CDS-PP e 1 do BE) e 14 abstenções (13 da CDU e 1 do PSD/CDS-PP)**, a moção que se transcreve: --

----------*"O processo judicial que correu contra Luaty Beirão e restantes ativistas angolanos (17 no total) foi concluído no dia 28 de março de 2016, com uma sentença que aplicou penas de prisão entre os 2 e os 8 anos. Os referidos ativistas foram condenados por terem participado e promovido uma leitura coletiva do livro "Da Ditadura à Democracia", ou seja, por exercerem direitos fundamentais consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, nomeadamente, aquele que estabelece que "toda a pessoa tem direito à liberdade de pensamento, de consciência e de religião".* ----------

----------*Ilegalmente detidos, abusivamente tratados e com os seus direitos restringidos, os ativistas*

levaram a cabo uma greve de fome para chamar a atenção para a injustiça de que estavam a ser vítimas, tendo Luaty Beirão feito a greve de fome mais longa, que se manteve durante 36 dias. ----------

----------*A Amnistia Internacional já se pronunciou publicamente em defesa dos ativistas, alegando que o grupo dos "15+2" estavam "pacificamente reunidos para discutir preocupações de política e governação sob a liderança do Presidente José Eduardo dos Santos, que está no poder há 36 anos", tendo ocorrido uma campanha internacional apelando para a defesa da liberdade de expressão e defendendo a libertação dos ativistas.* ----------

----------*De uma forma objetiva, todo o processo levado a cabo contra os ativistas e o desfecho que teve demonstram uma clara violação dos direitos e liberdades fundamentais de pensamento, de expressão e de reunião, consagrados ao nível do direito internacional, e com a qual não se pode concordar.* ----------

----------*Assim, a Assembleia da Municipal de Sesimbra reunida em 15 de Abril de 2016 delibera, prestar solidariedade aos ativistas políticos angolanos, repudiando os atropelos aos direitos humanos, decorrentes da violação da liberdade de pensamento, e da liberdade de expressão e de reunião, e apela à sua libertação.* ----------

----------*Dar conhecimento a:*----------

----------*Presidente da República; Presidente da Assembleia da República; Primeiro-ministro; Grupos parlamentares da Assembleia da República; Comissão dos assuntos constitucionais, direitos, liberdades e garantias da Assembleia da República; Embaixada da República de Angola em Portugal; Juntas e assembleias de freguesia do concelho de Sesimbra; Comunicação social local e regional."* ----------

----------O **Deputado Alain Monteiro** apresentou a seguinte **<u>Declaração de Voto</u>**: ----------

----------*"A CDU considera que a defesa dos Direitos Humanos em Angola como em qualquer outro país do mundo é um valor fundamental, assim como o respeito pela soberania e pela autodeterminação dos povos também o é.*----------

----------*A CDU não esquece a longa luta do povo Angolano pela libertação do colonialismo e do regime fascista, que tantos sofrimentos e destruição causaram ao seu povo. Não esquece também a agressão que sofreu por parte do regime do apartheid da África do Sul, que utilizando aliados regionais como a UNITA, mantiveram Angola em guerra interna até 2002.* ----------

----------*Desde então para cá um longo caminho tem sido percorrido, muitos avanços tiveram lugar, mesmo num contexto em que as exigências e as dificuldades eram, e são, muitas e variadas. Todavia, ainda há muito para fazer e são notórias contradições diversas e sérios fenómenos que consideramos negativos.* ----------

----------*Contudo, não podemos perder de vista o quadro de dificuldades que Angola actualmente enfrenta, bem como a diversidade de interesses externos e de determinados sectores da sociedade Angolana que, num contexto de crise económica, e a pretexto da defesa dos direitos humanos, poderão aproveitar para desestabilizar e colocar em causa a independência e a soberania de Angola, criando condições para obter proveitos que doutra maneira não têm sido possíveis, e abrindo caminho para nova guerra.* ----------

----------*Não podemos também perder de vista, os laços históricos que unem Portugal a Angola, e a importância das suas relações de amizade e cooperação, fazendo com que Portugal tenha uma maior, sensibilidade para interpretar a situação actual, bem como responsabilidade acrescida no sentido de evitar que as suas acções possam ser usadas e instrumentalizadas por interesses completamente diversos dos do povo Angolano.*----------

----------*Neste contexto, e apesar de estarmos atentos á temática da moção supra referida, bem como da relevância da defesa dos direitos humanos e da liberdade de opinião e de expressão em angola, consideramos que o momento não é o oportuno para avaliarmos adequadamente esta situação, tanto pelo demasiado" ruído" em seu redor, como pelo facto do processo ter sido objecto ainda de recurso. Considerando que melhor defende o povo angolano a não ingerência nos seus assuntos internos e a valorização do seu direito à autodeterminação."* ----------

----------O **Deputado Rui João** apresentou a seguinte **<u>Declaração de Voto</u>**: ----------

----------*"Segundo a amnistia internacional e passo a citar:* ----------

----------*A proteção internacional dos direitos humanos está em risco de soçobrar conforme as políticas de interesses nacionais a curto-prazo e uma repressão draconiana em nome da segurança estão a resultar num ataque cerrado a liberdades e direitos fundamentais, alerta a Amnistia Internacional no Relatório Anual 2015/16, onde é feita a avaliação do estado de direitos humanos no mundo.*----------

----------*Muitos governos têm violado a lei internacional desavergonhadamente e estão deliberadamente a minar as instituições criadas para proteger os direitos das pessoas.* ----------

----------*<u>Angola foi ainda um dos países destacados no Relatório Anual 2015/2016 da organização de direitos humanos com graves violações de direitos económicos e sociais, políticos e civis em 2015</u> – concretamente, pelo uso de leis de difamação e da legislação de segurança de Estado para perseguir, deter e prender aqueles que expressam pacificamente as suas opiniões, e por publicamente desdenhar das recomendações da ONU sobre o estado de direitos humanos no país.*----------

----------*A Amnistia Internacional documentou graves violações de direitos económicos e sociais, políticos e civis em muitos países em 2015. Exemplos de ataques aos direitos humanos nos contextos nacionais e a instituições que existem para os proteger incluem, mas não estão limitados a:* ----------

----------***Angola:*** *pelo uso de leis de difamação e da legislação de segurança de Estado para perseguir, deter e prender aqueles que expressam pacificamente as suas opiniões, e por publicamente desdenhar das recomendações da ONU sobre o estado de direitos humanos no país.*----------

----------***Arábia Saudita:*** *pela repressão e punição brutal daqueles que ousam defender reformas ou criticar as autoridades, e por cometer crimes de guerra na campanha de bombardeamentos contra o Iémen ao mesmo tempo que bloqueou o lançamento de inquérito liderado pela ONU aos crimes de guerra levados a cabo por todas as partes naquele conflito.* ----------

----------***Burundi:*** *pelas mortes sistemáticas e outras táticas violentas generalizadas por parte das forças de segurança e pelas medidas tomadas para suprimir a comunidade de direitos humanos no país.* --------

----------***China:*** *pela escalada na repressão contra os defensores de direitos humanos e a aprovação de uma série de leis repressivas em nome da "segurança nacional", assim como pelas iniciativas insensíveis em bloquear a ação do Conselho de Segurança na Síria.*----------

----------***Egito:*** *pela condenação à prisão de milhares de pessoas, incluindo críticos pacíficos, numa repressão implacável em nome da "segurança nacional", e pela detenção prolongada de centenas de pessoas sem formulação de acusações nem julgamento e a condenação de centenas de outras à pena de morte.* - ----------

----------***Estados Unidos:*** *pela manutenção em funcionamento do centro de detenção de Guantánamo, um exemplo das graves consequências da "guerra global ao terrorismo", e pelo falhanço em levar a tribunal os responsáveis por tortura e desaparecimentos forçados.* ----------

----------***Eslováquia:*** *pela continuada discriminação generalizada das comunidades ciganas apesar de anos de esforços desenvolvidos por grupos nacionais e regionais, o que levou a Comissão Europeia a abrir procedimentos contra o país por infração da legislação europeia.* ----------

----------***Gâmbia:*** *por práticas de tortura e desaparecimentos forçados e pela criminalização das pessoas da comunidade LGBTI, e pela recusa absoluta em cooperar com a ONU e com os mecanismos regionais de direitos humanos em matérias de liberdade de expressão, de desaparecimentos forçados e da pena de morte.* - ----------

----------***Hungria:*** *por ter encerrado as fronteiras a milhares de refugiados em situações de extrema necessidade, e por obstruir as tentativas coletivas regionais para os ajudar.* ----------

*----------**Israel:** por manter o bloqueio militar a Gaza e dessa forma continuar a punição coletiva do 1,8 milhão de habitantes da região, e por falhar – tal como a Palestina – em cumprir a solicitação da ONU para que sejam feitas investigações credíveis a crimes de guerras cometidos durante a guerra em Gaza de 2014. -- ----------*

*----------**México:** pelo grave registo de abusos de direitos humanos, incluindo os 27 000 desaparecidos no país, e pela dura resposta dada às críticas feitas pela ONU sobre o uso generalizado de tortura, permitindo assim uma quase total impunidade apesar do aumento de denúncias.----------*

*----------**Paquistão:** pelas falhas graves em matéria de direitos humanos na resposta dada ao terrível massacre numa escola em Peshawar, incluindo o recurso inflexível à pena de morte, e pela política sobre as organizações não-governamentais internacionais que dá às autoridades o poder de as vigiar e fechar caso sejam consideradas "contra os interesses" do país. ----------*

*----------**Quénia:** pelas execuções extrajudiciais, desaparecimentos forçados e discriminação de refugiados nas operações antiterrorismo, e pelas tentativas de minar o Tribunal Penal Internacional e a sua capacidade na obtenção de justiça. ----------*

*----------**Reino Unido:** pelo recurso continuado à vigilância maciça em nome do combate ao terrorismo, e pelas regressivas tentativas para se escapar à supervisão do Tribunal Europeu de Direitos Humanos.-----*

*----------**Rússia:** pelo recurso repressivo a legislação de segurança nacional e a leis anti extremismo vagamente formuladas e pelas tentativas concertadas para silenciar a sociedade civil no país, assim como pela vergonhosa recusa em reconhecer a morte de civis na Síria e pelas iniciativas insensíveis em bloquear a ação do Conselho de Segurança na Síria. ----------*

*----------**Síria:** pela morte de milhares de civis em ataques diretos e indiscriminados com bombas-barris (barrelbombs, barris de aço que explodem com munições e fragmentos de metal no interior) e outro armamento, e pela prática de tortura contra pessoas detidas, assim como por impor cercos prolongados a zonas civis, impedindo a chegada de ajuda internacional a civis esfomeados. ----------*

*----------**Tailândia:** pela condenação à prisão de críticos pacíficos por atividades como peças de teatro, comentários postados no Facebook e fazer graffiti, e pela recusa por parte das autoridades militares aos apelos internacionais, para que não alargassem os seus poderes até uma restrição excessiva dos direitos e ao silenciamento da dissidência em nome da "segurança".----------*

*----------**Venezuela:** pela continuada falta de justiça em casos de graves violações de direitos humanos e constantes ataques a defensores de direitos humanos no país, e pelas repetidas acusações feitas à Convenção Americana de Direitos Humanos após o seu afastamento da jurisdição do Tribunal Interamericano de Direitos Humanos, negando assim acesso à justiça a vítimas de violações de direitos.*

----------*Por isso esta moção deveria ser mais abrangente e não focalizar a questão dos direitos humanos exclusivamente em Angola, daí a minha abstenção."*----------

----------A **Presidente da AM** passou à apreciação da **Recomendação "Contra a Vandalização de material de propaganda política"**, apresentada pelo Bloco de Esquerda. ----------

----------Chamou a atenção que o documento inicial, que tinha sido colocado na PAMS, tinha a designação de Moção, mas tinha sido dado a possibilidade de abarcar de uma forma global outras vandalizações para além do que era referenciado e portanto passou a ter a designação de Recomendação e também um outro texto. ----------

----------Depois a Presidente passou à leitura do documento que se reproduz:----------

----------*"O concelho de Sesimbra tem uma história de muitos anos de convivência democrática entre os diferentes movimentos e formações políticas, que procuraram sempre exprimir de forma livre os seus pontos de vista.* ----------

----------*Em conformidade com esta tradição, A Assembleia Municipal, reunida no dia 15 de abril de 2016:*

----------*Manifesta o seu repúdio com a vandalização e destruição de cartazes de Partidos Políticos e Movimentos Democráticos, que divulguem ações e programas a realizar neste nosso concelho.*----------

----------*Recomenda à Câmara Municipal de Sesimbra que publique uma nota na sua publicação periódica apelando à convivência e liberdade democráticas em total cumprimento da Constituição da República."*

----------Seguidamente a **Presidente da AM** deu a palavra aos Deputados Municipais.----------

----------O **Deputado Nelson Pólvora** leu o documento que se transcreve: ----------

----------*"Como é possível em pleno século XXI e num concelho que se quer virado para o turismo esteja sempre invadido por propaganda política ou partidária sem qualquer regulação, já não basta o tempo em que os cartazes pendões ficam expostos pós campanha eleitoral.* ----------

----------*Estes novos modelos de propaganda, de chapas colocadas nos passeios, são autênticas barreiras à mobilidade das populações. Pois ocupam passeios, são colocados em frente a passadeiras, afixados em escolas, sem qualquer espécie de critério ou regulação.* ----------

----------*Também alguma publicidade colocada pelos comerciantes ocupa totalmente os passeios, obrigando as pessoas a circular pela estrada. Vejam o exemplo da Avª da Liberdade em frente ao Mercado. Qual a imagem urbanística e ambiental que o concelho quer apresentar?* ----------

----------*Tal como já referimos há algum tempo, em sede de comissão desta assembleia, se calhar está na hora da CMS, criar, adotar, adaptar, um regulamento, e pensar criar locais específicos em cada uma das freguesias para a fixação de cartazes de propaganda política ou partidária fora dos períodos de campanha eleitoral.* ----------

----------*Também não menos importante e dado que Sesimbra é membro das Cidades Saudáveis, porque não tentarmos regular a publicidade de tabaco e álcool no concelho.* ----------

----------*Neste sentido, julgamos que este documento deverá baixar à Comissão de Líderes, para que possa ser feita uma abordagem aprofundada e quem sabe uma recomendação à Câmara, no sentido de transformarmos o nosso concelho mais atractivo."* ----------

----------O **Deputado Alain Monteiro** disse que concordava com o que tinha sido dito pela bancada do Partido Socialista, também seriam a favor de uma regulação. Mas falando pela CDU eram mais a favor da imparcialidade e igualdade de oportunidades. E o que queria dizer com isto era que a forma da CDU apresentar a sua propaganda tinha que passar obviamente por essas situações. E porquê? Porque a CDU não tem a simpatia da comunicação social. Não tem nas televisões, por exemplo, a hora da Marisa, a hora do Louçã, a hora do Marques Mendes, ou, como até há pouco, a hora do Marcelo. A CDU também gostaria de ter a hora do Jerónimo, a hora do João Oliveira, a hora do Miguel Tiago, ou da Paula Oliveira, mas infelizmente não tinham. Quem sabe se um dia conseguiriam ter. ----------

----------O **Deputado Lobo da Silva** disse que compreendiam esta questão da vandalização de propaganda política e estavam disponíveis para que o documento baixasse a uma Comissão para ser melhorado e transformá-lo numa recomendação à Câmara Municipal. Mas também deviam equacionar, que dificilmente a Câmara conseguirá controlar a referida publicidade, todos sabiam que por muitos fiscais que a Câmara tivesse e que fiscalizasse, normalmente estas coisas faziam-se pela calada da noite. Sabia do que falava, porque uma vez o PSD colocou 300 pendões e no outro dia de manhã nem um lá estava. Portanto concordava que o documento baixasse à Comissão. ----------

----------O **Deputado Miguel Ribeiro** disse que o MSU também estava disponível para avaliar o documento de uma forma mais completa e melhorá-lo, porque dessa forma todos tinham a ganhar. ----

----------A **Presidente da AM** questionou o proponente se concordava que o documento baixasse à Comissão de Líderes. ----------

----------Manifestada a disponibilidade do proponente, a **Presidente** colocou à votação o documento. ---

----------A **Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, baixar à Comissão de Líderes dos Grupos Municipais a Moção com o título "Contra a vandalização de material de propaganda política"**. ----------

----------Foi depois dado início à **Recomendação à Câmara Municipal com vista à declaração do concelho de Sesimbra como «Zona livre do TTIP» Transatlantic Trade and Investment Partnership (Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento)**. ----------

----------A **Presidente da Assembleia** disse que esta recomendação também tinha sido apresentada pelo deputado do Bloco de Esquerda e perguntou-lhe se queria fazer algumas considerações sobre a mesma.

----------O **Deputado José Guerra** mencionou que este tratado estava em discussão desde 2013 e que ia criar muitos problemas para o país. Depois passou à leitura do documento: ----------

----------*"As consequências deste tratado na vida quotidiano dos cidadãos são inúmeras. Na agricultura e no domínio da alimentação implica a preservação forçada de organismos geneticamente modificados, carne com hormonas e antibióticos, frangos lavados com cloro, poderão ser importados pela Europa em detrimento do princípio de precaução inexistente nos Estados Unidos. E muitos outros problemas se seguem.*----------

----------*Agora, tendo em vista o mercado de trabalho nos Estados Unidos isto será muito útil para eles, mas para os portugueses ia obrigar a que não haja salário mínimo, a que não haja contratos colectivos de trabalho, porque íamos estar em concorrência com um país que não tem essas defesas. Os direitos sindicais também seriam postos em causa, assim como o acesso a serviços públicos e à cultura.* ----------

----------*Este mecanismo de arbitragem também atingia as colectividades locais, em primeira linha. E o mandato Europeu refere que os aspetos do acordo em negociação, aplicar-se-á aos Municípios e a outras colectividades territoriais, que verão as suas competências diminuídas e as suas ações fiscalizadas por organismos pressionados pelos interesses multimunicipais. Os eleitos locais que queiram regulamentar à luz do interesse público arriscar-se-ão a serem processados por empresas do outro lado do atlântico.* ----

----------*Resultado: um quadro de ação pública local ainda mais apertado do que o actual, margens de manobra reduzidas para os municípios e aumento das desigualdades sociais e ecológicas, tanto entre cidadãos com entre territórios.* ----------

----------*A Assembleia Municipal do concelho de Sesimbra vota a favor dos seguintes pedidos:* ----------

----------*Exigir a paragem imediata das negociações sobre o TTIP;* ----------

----------*Divulgação pública do conjunto de textos relativos às negociações do Tratado;*----------

----------*Abertura imediata de um debate nacional sobre este projeto envolvendo a participação plena das colectividades territoriais, das organizações socioprofissionais e associativas e dos cidadãos.* ----------

----------*A recusa de todas as tentativas de enfraquecimento do quadro regulamentar nacional e europeu em matéria de ambiente, saúde, cultura, proteção dos trabalhadores e consumidores, defesa dos serviços públicos;* ----------

----------*Decida declarar simbolicamente o território do município de Sesimbra como «zona livre do TTIP».*---

----------**A Presidente da AM** cedeu a palavra aos Deputados Municipais para se pronunciarem. ----------

----------O **Deputado Manuel José Pereira** referiu que a bancada do PS não comungava desta visão catastrofista e chamava a atenção para o primeiro e para o último pedido da recomendação. O primeiro "*que a Assembleia Municipal aprove exigir a paragem imediata das negociações*" e o último "*que decida*

declarar simbolicamente o território do município de Sesimbra de zona livre de TTIP". Pedia que fosse estudado, que fosse analisado, que percebessem as negociações, que se visse o que é que se ia passar. Esperava que o Deputado Guerra não o levasse a mal, mas havia duas leituras diferentes nos pedidos e por causa desses pedidos iam votar contra. Ou se queria a paragem imediata das negociações, ou se queria estudar, aprofundar, debater. E isso sim devia ser exigido, tendo até em atenção que Sesimbra, o distrito de Setúbal, Portugal, ficará no centro dessa zona de acordos comerciais entre a Europa e os Estados Unidos.----------

----------Acrescentou que o distrito de Setúbal, e nomeadamente o concelho de Sesimbra, pode ganhar com esta parceria comercial, temos um Porto Atlântico em condições especiais, temos muitos investimentos a fazer, ficamos num mercado enorme de milhões e milhões de pessoas e por onde passa mais de 50%, ou 60%, das transacções comerciais do mundo. E portanto esta matéria devia ser estudada, devia ser debatida, mas tinha que ser debatida de forma transparente e de forma que as pessoas percebam aquilo que está em causa. Era esse o apelo que a Assembleia devia fazer, e não uma declaração bombástica de zona livre de TTIP que na sua opinião era de uma grande inutilidade.----------

----------O **Deputado Alain Monteiro** disse que a bancada da CDU concordavam com o presente documento e estavam dispostos a votá-lo favoravelmente, mas como entendiam que o texto estava um pouco confuso sugeriam que baixasse à Comissão de Líderes para ser melhorado.----------

----------O **Deputado Lobo a Silva** disse que a bancada do PSD entendia o documento do BE, mas estavam perante uma matéria muito delicada, por isso estavam disponíveis para o melhorar. E portanto comungavam das posições anteriores, tendo em consideração que o documento anterior tinha baixado à Comissão de Líderes, que este documento também tivesse essa finalidade.----------

----------O **Deputado Miguel Ribeiro** disse que a opinião do MSU era similar às expressadas pelas bancadas do PS, CDU e PSD. Apesar de conter elementos importantes, o documento pecava por ser demasiado exaustivo e traçava um cenário demasiado negativo. Entendiam que se o documento baixasse à Comissão respetiva podiam tentar que fosse mais esclarecedor, podiam pensar um pouco mais e podiam decidir em consciência. Contudo não lhe parecia que o estabelecimento de um grande mercado transatlântico pudesse trazer só aspectos negativos para o município de Sesimbra, para a região de Setúbal em geral, podia trazer aspectos positivos. Tinham que raciocinar numa perspectiva de globalização e fazer com que o município de Sesimbra beneficiasse de todas as situações. ----------

----------O **Deputado Rui João** disse que o texto do documento era um pouco confuso, mas de facto o que o colega José Guerra tinha dito era uma verdade. Este tratado era preocupante e não sabiam se Portugal teria muito a lucrar porque somos uma pequena economia, e isto iria desregular completamente todas as

relações sociais na europa e no mundo, pela via da liberalização do comércio, pela via da liberalização da agricultura, dos alimentos histogénicos. Reconhecia que Assembleia Municipal devia tomar uma posição e portanto o documento devia baixar à comissão para ser visto com mais precisão. E deviam também recolher mais informação junto do Estado Português. ----------

----------O **Deputado José Guerra** disse que concordava que o documento baixasse à Comissão de Líderes, mas deixava esta interrogação: Porque será que este Tratado que está a ser discutido há 2 anos continua a ser secreto? ----------

----------A **Presidente da AM** indicou que como o proponente estava de acordo que o documento baixasse à Comissão ia colocá-lo para deliberação. ----------

----------**A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, baixar à Comissão de Líderes dos Grupos Municipais a Recomendação à Câmara Municipal com vista à declaração do concelho de Sesimbra como «Zona livre do TTIP» Transatlantic Trade and Investment Partnership (Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento)**. ----------

----------Posteriormente iniciou-se a apreciação da **Recomendação à Câmara Municipal com o título "Demolição de construções degradadas (Cabo Espichel) "**, apresentada pelo Movimento Sesimbra Unida.

----------A **Presidente da AM** disse que julgava que seria útil solicitar informação à Srª. Vice-presidente sobre o ponto de situação, quais as démarches desenvolvidas pela Câmara Municipal. ----------

----------Cedeu a palavra à **Vice-presidente da Câmara** que começou por dizer que esta matéria era muito complexa. Em primeiro lugar porque as casas são todas licenciadas, não tinha ainda conseguido recolher qual a data, mas pensavam que a licença de construção seria anterior ao 25 de abril. Essa licença tinha expirado porque a obra não se concluiu. Entretanto foi criado o Parque Natural e o próprio Regulamento do parque definiu a área onde estão as casas como área de proteção parcial. ----------

----------Portanto a Câmara Municipal de Sesimbra tinha um dilema nas mãos, poderia efetivamente notificar o proprietário, que é a empresa António Xavier de Lima (AXL), para a demolição das casas, no caso de a empresa não aceitar cabe à Câmara avançar para a demolição, mas a própria demolição não é pacífica. Porque o regulamento do Parque Natural não prevê demolições dentro da área de proteção parcial, porque podem ter um impacto negativo na biodiversidade daquela área. E mesmo que a Câmara quisesse avançar para a demolição, teria sempre que ter o parecer favorável do Parque Natural.

----------Acontece que estavam a falar de uma demolição muito cara, porque são muitas casas, algumas muito perto da zona de mar, não é sequer acessível, nem fácil, sem qualquer garantia que a Câmara Municipal possa vir a ser compensada, porque o que a Lei diz é que se o proprietário não o fizer a Câmara pode substituir-se e obrigar o proprietário a pagar essa despesa. No entanto não é líquido que a Câmara

seja ressarcida pela empresa, não é líquido que o Parque Natural autorize, aliás, não era por acaso que já vários Ministros passaram pela zona do Cabo Espichel e disseram que aquilo era uma vergonha, mas passados vários anos e vários governos a situação mantinha-se igual. ----------

----------Portanto a Câmara Municipal concordava com a recomendação, não gostariam de continuar a ver ali aquelas casas inacabadas que mancham a paisagem e não dignificam toda aquela área envolvente. Aliás, era reconhecido na recomendação o esforço que a autarquia tem vindo a desenvolver, não apenas recuperar e reabilitar a área que já é sua propriedade, mas também todas as negociações junto da Direção Geral de Finanças e Tesouro para que o Santuário do Cabo Espichel venha à posse da Câmara para ser recuperado. Pensava que da parte da Câmara o que teriam que ver era junto do Parque Natural a possibilidade de avançarem em conjunto para a empresa António Xavier do Lima regularizar a situação. Portanto a Câmara não estava esquecida, não ignorava e gostaria de ver a situação resolvida. ----------

----------Usou da palavra o **Deputado João Rodrigues** disse que compreendia os argumentos da Srª. Vice-presidente, mas o que era certo é que esta situação arrastava-se há mais de 40 anos. Em relação aos custos da demolição tinham tido o cuidado de apurar quais eram e tinham recorrido a empresas na área da construção sedeadas na Azoia. E por cada habitação, estavam a falar de 8 habitações, a demolição rondava os 2,5 mil euros. ----------

----------E a proposta do MSU era: se já se tem utilizado meios da Câmara Municipal para outras funções, nomeadamente na área das piscinas, podiam afetar alguns meios, não na demolição, mas no transporte para o vaziamento, porque aí o custo é superior, imputando evidentemente o custo ao proprietário, mas a situação ficava resolvida. Era evidente que se a Câmara não viesse a ser ressarcida, seria só do valor da demolição que rondaria os 2,5 mil euros. O que acontecia era o seguinte: 40 anos já era muito tempo para resolver uma questão tão importante, ainda mais face ao esforço que a Câmara Municipal tem feito, já recuperou a Igreja, já recuperou a orla, estava em vista um acordo para a recuperação do Santuário. No entanto aquilo que o MSU estava a propor era uma recomendação à Câmara. ----------

----------O **Deputado Lobo da Silva** citou que esta situação arrasta-se há 40 anos e é transversal a diversos governos, a diversos executivos camarários, e até hoje aqueles escombros continuavam lá o que não abona nada à paisagem. O problema é que as pessoas têm licença de construção. ----------

----------Depois colocou a seguinte questão à Srª. Vice-presidente: Não teria a empresa, ou o construtor, direito a? Não estariam perante um caso idêntico ao do Meco? O Meco também tinha licença de construção e depois surgiu uma Lei que proibiu a licença de construção. Mas deviam estar lembrados o que é que o Governo e a autarquia tiveram que fazer. Presentemente não se pode mas antes de 1974 podia-se, portanto são direitos adquiridos. Todos estavam de acordo que as casas não deviam estar

naquele lugar, mas se fosse uma situação fácil já tinha sido resolvida. Portanto gostaria que a Srª. Vice-presidente lhe dissesse como é que a Câmara juntamente com o Parque Natural, o Ministério do Ambiente e o proprietário, resolvem esta questão. ----------

----------A **Presidente da AM** deu a palavra à **Vice-presidente da Câmara** que esclareceu que o quadro legal do Parque Natural não configura aquilo que é aplicável ao projeto da Mata de Sesimbra. E a informação obtida junto do Gabinete Jurídico era que as construções tinham sido de facto licenciadas, mas como não foram cumpridos os prazos normais de construção, as licenças caducaram. Porque quando se emitia uma licença de construção e o promotor, ou o construtor, não cumpria o prazo, a licença caducava. E foi o que aconteceu. ----------

----------Agora, os contornos mais complicados tinham a ver com o seguinte: sendo a empresa António Xavier de Lima (AXL) a proprietária de todas aquelas casas, tem sido muito complicado, muito difícil, chegar a acordo em relação a uma série de matérias. E alguns deputados conheciam bem esta empresa porque passaram por vários executivos. Esta empresa tem um conjunto de propriedades, de lotes e de artigos, no concelho de Sesimbra, alguns em génese ilegal, o caso das AUGI, e portanto é um interlocutor com quem tem sido necessário lidar com algumas pinças para que as coisas possam vir a resolver-se. Este era um dos motivos.----------

----------O outro motivo era exactamente a própria interdição que o Regulamento do Parque Natural coloca a este tipo de atividades, as demolições. Presentemente havia quem afirmasse, por paradoxal que pudesse parecer, inclusive já tinha discutido com alguns técnicos do Parque, que ambientalmente será melhor deixar lá as construções, porque já estão a servir de ninho a algumas espécies, do que proceder a uma demolição que terá um impacto ambiental muito mais nefasto. Portanto como já tinha dito, a Câmara podia sempre substituir-se a um proprietário quando este não avança para a demolição de uma obra que está embargada, ou que está ilegal, mas neste caso em concreto precisaria sempre de uma autorização do Parque Natural. ----------

----------Após o esclarecimento da Srª. Vice-presidente e não havendo mais nenhum pedido de intervenção, a **Presidente da Assembleia** colocou à votação do documento. ----------

----------**A Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade, a Recomendação à Câmara Municipal intitulada "Demolição de construções degradadas (Cabo Espichel)**, que se transcreve:----------

----------*"Nas imediações do Cabo Espichel, mais concretamente após a localidade da Azoia a caminho do Cabo, é possível observar a existência de um conjunto de 8 (oito) construções inacabadas.* ----------

----------*Tais construções, que terão sido embargadas, encontram-se em situação de evidente degradação, fruto da ação da natureza e em estado de total abandono.* ----------

----------*Ora, considerando o esforço meritório de recuperação do Santuário do Cabo Espichel, nomeadamente, da Igreja e da Horta do Peregrinos, já praticamente concretizadas, e as perspetivas positivas de celebração de acordo com o Estado para a recuperação das Alas Norte e Sul do Santuário, assume carácter de urgência a resolução do problema do enquadramento da envolvente mais alargada do Cabo Espichel e que, há mais de três décadas, se encontra por resolver, e que passa pela demolição das referidas construções.*----------

----------*Não se pode aceitar que o esforço já efetuado de recuperação do Santuário e de requalificação do Cabo Espichel seja minorado por esta situação, nomeadamente face aos custos não significativos da sua resolução e legalmente imputáveis aos seus proprietários.* ----------

----------*Numa zona de relevo turístico como é o Cabo Espichel, pelo número de turistas (e de residentes no concelho) que atrai, não apenas na época de Verão, mas ao longo de todo o ano, não é aceitável a perpetuação deste estado de coisas e, consequentemente, da imagem negativa que afeta sobremaneira este polo arquitetónico e cultural, dos mais significativos do Concelho de Sesimbra.* ----------

----------*Assim, a Assembleia da Municipal de Sesimbra reunida em 15 de Abril de 2016 delibera, recomendar à Câmara Municipal de Sesimbra que diligencie, através dos meios mais adequados, pela efetiva demolição das referidas construções."*----------

----------Depois a **Presidente da AM** deu início à **Saudação "Presidente da República Portuguesa - Prof. Dr. Marcelo Rebelo de Sousa - 2016/2021"**. ----------

----------Referiu que este documento, apresentado pela bancada do PSD, tinha ficado para o fim para ter o contributo de todos os Grupos Político, e passou à leitura da redação final da Saudação: ----------

----------"*Portugal tem um novo Presidente da República. Marcelo Rebelo de Sousa recebeu mandato das portuguesas e dos portugueses para ocupar a mais alta magistratura na nação Portuguesa.* ----------

----------*Aqui se deixa uma palavra de apreço para todos os portugueses e, particularmente, aos Sesimbrenses pelo elevado espírito cívico manifestado numa eleição que não registou qualquer tipo de incidente em todo o país.* ----------

----------*A Assembleia Municipal de Sesimbra vem endereçar os parabéns ao Prof. Marcelo Rebelo de Sousa pela sua eleição para o cargo de Presidente da República de Portugal."* ----------

----------Colocada à votação, a **Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade, esta Saudação**. --------

----------**O Deputado Lobo da Silva** prestou em nome da bancada do PSD a seguinte **<u>Declaração de Voto:</u>**

----------*"Em nome da bancada do PSD queremos saudar esta votação. Porque não obstante a CDU ter apresentado um candidato e o Bloco de Esquerda ter apresentado o seu candidato, um documento destes ter sido aprovado por todas as bancadas aqui presentes, quando essas mesmas bancadas reflectem um*

Partido Político e esse Partido Político apresentou candidatos, pode-se dizer que a democracia está a funcionar. ----------

----------Depois a **Presidente da AM** dirigindo-se aos munícipes presentes, esclareceu que numa assembleia municipal quando as posições das diversas bancadas políticas são porventura diferentes da postura inicial era porque o diálogo e também a capacidade de condescendência e de acerto a favor de um bem comum é possível, e esta votação era uma prova de democraticidade porque reuniu o consenso de todas as bancadas da AMS. E de uma forma particular, a compreensão do Deputado Lobo da Silva da bancada do PSD. ----------

----------Seguidamente a **Presidente da AM** deu início ao **<u>Período de intervenção aberto aos Cidadãos</u>** e cedeu a palavra ao cidadão **Manuel Ruivo** que fez a seguinte intervenção:----------

----------*"Sr.ª Presidente da Assembleia, Srª. Vice-presidente da Câmara, Srs. Vereadores, ilustres membros desta assembleia, caros munícipes, boa noite.* ----------

----------*Manuel Ruivo, eleitor nº. 61, da Azoia* ----------

----------*Há cerca de 20 dias atrás, na Rua Joaquim Matreiros, na Cotovia/Venda Nova, uma rua que tem 400 metros lineares, em que cerca de 2/3 desta área é de terra batida, dois indivíduos sem qual identificação e sem uniforme, procederam à eliminação da parte exposta das ervas daninhas infestantes nas calçadas e bermas de terra batida*.----------

----------*No dia seguinte a esta tarefa sobre grande ventania, os mesmos indivíduos procederam a uma pulverização geral e contínua dos espaços intervencionados, sem qualquer equipamento de higiene e segurança. Suspeitei que poderia ser herbicida. E de facto depois de terminada a pulverização os mesmos indivíduos afixaram um papel onde se lia: Zona com herbicida. Primeiro aplica-se, depois avisa-se. Faz lembrar a história, mata-se o indivíduo, depois atira-se o tiro para o ar.*----------

----------*Srª Presidente, o produto aplicado é o Glifosato, que é um produto que serve de base praticamente para todos os herbicidas residuais.*----------

----------*Em 2015, a agência internacional para a investigação contra o cancro, da Organização Mundial de Saúde, classificou o herbicida glifosato como cancerígeno para o ser humano.* ----------

----------*Em julho de 2015, o editorial do Boletim nº 161, da Ordem dos Médicos, foi dedicado ao herbicida glifosato e aos seus efeitos nefastos para o ser humano.* ----------

----------*Srª. Presidente, a forma como foi feita a aplicação neste local, conclui-se que foi altamente nefasta para todo o meio envolvente, pessoas, animais e culturas.*----------

----------*Mas mais grave, Srª. Presidente, grande parte destas partículas ficam suspensas e são levadas por ação do vento, fixando-se em roupa estendida, puxadores de portas de casa e automóveis, equipamentos*

utilizados por adultos e crianças, brinquedos. Estas partículas são activadas por ação da temperatura, calor e humidade. ----------

----------*Srª. Presidente, venho solicitar a esta Assembleia a intervenção, no sentido de acautelar futuras práticas neste tipo de trabalhos para que reunam os pré-requisitos necessários que salvaguardem a saúde e o bem-estar das populações, assim como dos seus bens.*----------

----------*Muito obrigada e boa noite.* ----------

----------A **Presidente da Assembleia** agradeceu a intervenção do munícipe e disse que a mesma tinha sido de facto esclarecedora e tinha colocado também uma situação muito clara.----------

----------Depois deu a palavra à **munícipe Genoveva das Dores Purificação, da Quinta do Conde**, sendo a sua intervenção a seguinte: ----------

----------*Exma Srª. Presidente da Assembleia Municipal, na qualidade da sua pessoa cumprimento todos os presentes.* ----------

----------*Antes de iniciar a minha intervenção, gostaria de lhe pedir autorização para lhe facultar algumas fotografias.* ----------

----------*Genoveva da Purificação, uma quintacondense.* ----------

----------*Em dezembro de 2014, foi apresentada na Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde, uma Moção sobre o polo de leitura, nela constava o estado em que se encontrava o polo após a transferência das instalações da Junta de Freguesia para as instalações da Onda Jovem no edifício do Pingo Doce. Nessa altura foi a população informada que a mesma seria transitória e que o polo de leitura iria mudar de sítio*.

----------*Destinado a prestar um serviço importante à população da Freguesia, ao Pólo de Leitura, no âmbito das suas atribuições, compete-lhe assegurar o fornecimento de informação, possuir um fundo documental heterogéneo, abarcando todas as áreas do conhecimento, colocando à disposição dos utilizadores, independentemente da sua faixa etária e do estatuto sociocultural em que se inserem, os meios necessários para a promoção de hábitos de leitura e para o desenvolvimento cultural e inclusão social.*-- ----------

----------*Uma biblioteca pressupõe boas condições para a leitura e para o estudo e já nessa altura se levantava a questão: Como é que possível estas condições, com os leitores a ouvirem constantemente o que se passa na loja Pingo Doce, nomeadamente, as chamadas efectuadas pelas funcionárias aos altifalantes.* ----------

----------*Ficámos convictos que com a mudança da "Onda Jovem", que também coexistia com o Polo de Leitura, para o CIPA, o polo teria também o seu problema solucionado, mas não, continua no mesmo local. Para agravar a situação, há cerca de 3 semanas, o ar-condicionado rebentou e podemos ver através*

do buraco os fios no tecto mesmo em cima das mesas de trabalho. As rachas e infiltrações são visíveis, nomeadamente na zona de leitura infantil. Até é necessário balde para apanhar a água quando chove como podem constatar pelas fotos. Um serviço de tão grande utilidade à população, não se compreende como pode ser negligenciado. ----------

----------*Na Quinta do Conde somos 21.394 resenciados e muitos mais a usufruírem deste serviço publico. Nem todos podem deslocar-se 40 km de ida e volta à Biblioteca de Sesimbra que tem excelentes condições. Não podem existir sesimbrenses de primeira e sesimbrenses de segunda. É surreal que o Polo de Leitura da Quinta do Conde já exista há alguns anos e ainda não esteja informatizado. Quando instalaram o programa em Sesimbra, não pensaram que no Polo de Leitura também fazia falta?* ---------

----------*Em 2014 foi pedida uma resposta célere ao executivo camarário e não tivemos resposta.* ---------

----------*Não temos qualquer dúvida, que o Presidente da Assembleia de Freguesia da Quinta do Conde enviou a Moção referida. No entanto nem a confirmação da correspondência recebida por parte da Câmara se fez chegar.* ----------

----------*Portanto venho hoje aqui pessoalmente como quintacondense, como uma leitora assídua, convidar todos os elementos desta Assembleia a visitar o polo e a ver em que condições este se encontra. E a solicitar à Srª. Vice-presidente, a resposta à pergunta: Para quando a solução?* ----------

----------*Obrigada pela vossa atenção, uma boa noite a todos."* ----------

----------A **Presidente da AM** agradeceu a intervenção da munícipe e informou que já tinha sido feita a distribuição das fotos aos deputados e à Srª. Vice-presidente. Depois deu a palavra à Vice-presidente para responder às questões colocadas pelos dois munícipes. ----------

----------A **Vice-presidente da CM** começou por referir que a situação não era boa, mas da forma como tinha sido ali exposta até parecia que estavam a pôr em risco a saúde e a salubridade do espaço e também dos utentes. ----------

----------Quanto ao que mostrava as fotografias, disse que já estava em empreitada para serem resolvidos alguns problemas. Estava a falar de uma placa do teto falso que tinha caído e tinha que ser reposta. Os fios estavam expostos mas não estavam a cair, nem estavam em contacto com nenhuma criança. Havia alguma humidade no teto mas não era uma situação dramática como a que tinha sido ali colocada. Obviamente que a Câmara a queria resolver, tanto mais que já estava marcada uma empreitada. --------

----------Quanto ao balde que estava numa zona de arrumos, era porque existia uma goteira, e estava também incluída na mesma empreitada o que a Câmara se propunha fazer em breve, se não estava em erro, estava numa fase de adjudicação. ----------

----------Em relação à mudança reconheciam que aquele não era o espaço onde gostariam de ter alojado o Polo de Leitura, mas o Polo de Leitura estava temporariamente naquele sítio. Aliás, aquele espaço ganhou em termos de área e permitia a possibilidade de outras ações. Mas foi sempre intenção da Câmara que o Polo saísse rapidamente dali, só ainda não tinha saído porque estavam à espera que o Ministério da Saúde decidisse o que ia fazer ao anterior espaço do Centro de Saúde. Porque estava protocolado com o Ministério da Saúde, que com a saída para o novo equipamento, o antigo espaço do Centro de Saúde viria à posse da Câmara. E era intenção da Câmara colocar nesse espaço, que tem condições, que está infra-estruturado e que tem com um espaço adjacente agradável, o novo Polo de Leitura. Portanto havia um orçamento e havia um estudo para a intervenção que era necessário fazer. -

----------O Ministério da Saúde apesar de ser questionado várias vezes pela autarquia ainda não tinha decidido, se ia precisar daquele espaço para criar uma nova extensão de saúde, ou se resolve ampliar as atuais instalações do Centro de Saúde, permitindo que os utentes da Quinta do Conde que ainda não tinham médico de família pudessem vir a ter. E era por estar à espera da decisão do Ministério, ou da Administração Regional de Saúde (ARS) que a Câmara ainda não tinha avançado para as intervenções nas instalações, que permitiriam que o Polo de Leitura viesse a ter todas as condições para os utentes, para as crianças, para o público em geral.----------

----------Na próxima semana iria ter, juntamente com a Vereadora Cláudia Mata, uma reunião com a ARS-Administração Regional de Saúde, para clarificar aquilo que tem sido as indecisões desta entidade em relação às questões de saúde no concelho de Sesimbra. Após essa reunião esperavam ficar na posse de mais elementos que lhes permitisse saber se tinham que abandonar a ideia de intervencionar o antigo espaço do Centro de Saúde para colocar o Polo de Leitura, ou se seria uma solução viável e exequível. Era apenas por esta razão que o Polo de Leitura ainda não tinha mudado. E aproveitando repto da munícipe convidava os deputados da Assembleia Municipal para fazerem uma visita ao Polo de Leitura.----------

----------Relativamente à situação descrita pelo munícipe Manuel Ruivo, a Vice-presidente disse que desconhecia e teria que ir averiguar. Normalmente os funcionários da autarquia que procedem às intervenções referidas até pelos regulamentos e normas internas da autarquia, estão sempre identificados com o equipamento necessário no âmbito do Regulamento de Higiene e Segurança no trabalho. Podia garantir que a Câmara Municipal dava muita atenção a esta questão dos pesticidas e tinham muita atenção na formação dada aos funcionários e a todas as pessoas que aplicam este tipo de produto nas ervas e nos passeios. Portanto, a situação que o munícipe lhes estava a reportar era uma situação que não podia repetir-se e o que podia prometer, era que na segunda-feira ia tentar perceber o

que tinha acontecido. Porque se eram funcionários da Câmara, não percebia muito bem como é que podiam ter feito esse tipo de intervenção sem estarem com o devido equipamento.----------

----------A **Presidente da AM** agradeceu os esclarecimentos da Srª. Vice-presidente e deu a palavra ao **Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Francisco Jesus**. ----------

----------Este começou por referir que os dois indivíduos não eram certamente da junta de freguesia que andavam devidamente identificados e também porque aquela não era uma zona de intervenção da responsabilidade da junta. Mas queria deixar duas ou três notas, porque curiosamente era uma matéria que estava em discussão no nosso Parlamento e também no Parlamento Europeu. ----------

----------A primeira nota para dizer que desde novembro de 2015, por força de uma directiva transposta pela Legislação Nacional, que as autarquias, camara municipais e juntas de freguesia, são obrigadas a ter um técnico responsável pela área, o qual define as aplicações, define a quantidade a aplicar. E os trabalhadores, quer da Câmara, quer da junta, que aplicam o produto, têm que ser devidamente certificados, através de um curso de formação dado pela Direcção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV), ou por uma entidade certificada pela DGAV, presentemente existe um cuidado muito maior na aplicação dos herbicidas. Mas também é verdade que há um conjunto de herbicidas que não estão certificados pela DGAV no ponto de vista da sua toxicidade, alguns bem conhecidos. ----------

----------A segunda nota para dizer que a Assembleia da República, naquele mesmo dia, tinha reprovado dois projetos de resolução de duas forças políticas, que previam a eliminação imediata dos herbicidas, tendo em conta as normas da Comissão Europeia sobre a utilização deste produtos. A Comissão Europeia atrás tinha aprovado, há 2 dias, a directiva da aplicação de produtos fitofarmacêuticos, nomeadamente herbicidas, inicialmente seria proposta por 15 anos e foi ampliada por mais 7 anos a aplicação destes produtos. E esta prorrogação por mais 7 anos por parte da Comissão Europeia, acompanhada pelo Governo Português, aliás, por uma maioria na Assembleia da República, teve por base as informações da Direcção-Geral Veterinária, que por sua vez teve por base as informações da ARS Europeia para a segurança alimentar, de que o problema não está no glifosato, mas sim num co-formulante utilizado nos compostos herbicidas à base de glifosato.----------

----------Agora também era verdade e todos ali percebiam, independentemente das convicções políticas ou partidárias, que independentemente da composição química destes produtos, da sua toxicidade maior ou menor, que toda a gente preferiria que a eliminação das ervas infestantes fosse feita com recurso à redução manual e mecânica. Mas aqui entrava a questão política, e falava pela Junta de freguesia do Castelo, onde tinham uma área enorme com responsabilidade nesta matéria, para a remoção das ervas, a limpeza dos passeios, com a regularidade e com a eficácia que seria necessária, certamente seria

necessário duplicar, ou triplicar, os meios humanos. E isto esbate completamente naquilo que é o financiamento das autarquias locais, naquilo que tem sido, este ano não, a impossibilidade de contratar mais pessoal. Portanto estavam perante duas matérias complexas, a eliminação de produtos fitofarmacêuticos, designadamente herbicidas, e a necessidade de dar resposta, que presentemente é impossível com os recursos humanos e meios técnicos que estão à disposição das autarquias locais.-----

----------A **Presidente da AM** agradeceu os esclarecimentos prestados pelo Presidente da Junta de Freguesia do Castelo e deu início ao "**Período da Ordem do Dia"** ----------

----------***1º Ponto da Ordem de Trabalhos*** ----------

----------*Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação e prestação de contas de 2015 e distribuição dos resultados líquidos aprovados no exercício de 2015* ----

----------**A Presidente da AMS** citou que esta matéria era previamente debatida ao nível de todas as Comissões da Assembleia Municipal e tinha-se realizado no dia 7 do presente mês uma reunião conjunta das comissões. Na reunião esteve presente o Vereador José Polido, que se fez acompanhar por alguns técnicos. Foram solicitados alguns esclarecimentos pelos deputados, que foram esclarecidos pelo Vereador e pelos técnicos, mas não foi consensual o sentido de voto sobre esta matéria.----------

----------Cedeu a palavra à **Vice-presidente da Câmara** que disse que ia dar a palavra ao Vereador José Polido para fazer a apresentação dos documentos.----------

----------O **Vereador José Polido** começou por dizer que dado o adiantado da hora e como gostava de ser rápido não ia entrar em grandes pormenores, faria uma pequena apresentação. No entanto queria dizer que o que estavam naquele dia a apresentar, para quem não sabia, tinha sido apresentado há 18 meses atrás. Portanto durante o ano de 2015 tinha sido o que a Câmara Municipal executou e quatro meses depois estavam perante a Assembleia Municipal a apresentar os resultados. ----------

----------Depois referiu que o modelo de desenvolvimento que o executivo camarário desenhou para o atual mandato, que já estava a meio, tinha continuado e os grandes objetivos estratégicos estavam em prática naquele momento no nosso território. A concretização dessas decisões, no que se prende às principais receitas do município aliadas ao rigor da gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros, permitiram alcançar durante o ano de 2015 uma redução da dívida, cerca de 2,8 milhões de euros, tal como vinha à acontecer desde 2012. A preparação dos trabalhos para as futuras candidaturas no quadro comunitário 2020, também tinha constituído um foco de trabalho no ano passado e esperavam, já com alguns anos de atraso, devia de ser 2016/2020, que elas se concretizassem na prática. Tendo em consideração a situação da crise económica social e financeira e os reflexos no trabalho desenvolvido

pelo município durante o ano de 2015, entendiam que uma taxa de execução de 77% das GOP era bastante positivo. E dos investimentos realizados em 2015, destacaria apenas alguns:----------

---------- - A instalação do Museu Marítimo de Sesimbra, que seria inaugurado no Dia do Pescador, a 31 de maio; A requalificação do Mercado Municipal de Sesimbra; As obras da 1ª fase da requalificação da Mãe de Água, no Cabo Espichel; A conclusão da rede de saneamento da freguesia do Castelo; O reforço do abastecimento de água ao concelho; As obras de loteamento na Ribeira do Marchante. A totalidade destes investimentos foi de 5,3 milhões de euros, dos quais a autarquia pagou 5 milhões de euros. Ou seja, a autarquia, ao invés infelizmente do que aconteceu em 2012, 2013, chegou ao final do ano a dever 350 mil euros aos empreiteiros. E portanto isto era chamado de despesa corrente, até menos que isso.

---------Referiu que cerca de 50% do investimento pago, dos 4.957 milhões de euros, ao invés do que aconteceu no ano anterior que foi destinado para o saneamento da freguesia do Castelo, desta vez tinha-se destinado para as áreas da cultura, desporto e tempos livres. Desses mesmos valores o investimento realizado, dentro das várias vertentes, pelas três freguesias tinha tido uma repartição equitativa, Santiago 35%; Castelo 34%, Quinta do Conde 31%. A maior na freguesia de Santiago exatamente pelas obras que tinha referido, o mercado de Sesimbra e o Museu Marítimo na Fortaleza de Santiago. ----------

----------Informou que ao nível da organização interna, a CMS aprofundara a "Gestão pela Qualidade" tendo em vista a valorização da ligação da Autarquia com os munícipes, como a entrada em funcionamento do BUS em Sesimbra e Quinta do Conde, bem como o BÚS móvel na freguesia do Castelo, que veio desburocratizar muito os serviços municipais prestados à população. A implementação da Contabilidade de Custos que permitiam que os valores obtidos se aproximassem do real custo de bens e serviços. A avaliação e revisões periódicas dos riscos inventariados e das ações definidas para as minimizar ou eliminar inscritas no Plano de Prevenção de Riscos e Infrações Conexas, foram prosseguidas através da realização de auditorias internas. E a atualização de algumas das Normas de Controlo Interno.

----------Por áreas de atuação, destacou: ----------

----------<u>Na área da educação</u>----------

----------A beneficiação do espaço e recreio; a beneficiação do parque escolar do concelho; a continuação dos apoios, à obesidade escolar, ao abandono escolar, ao risco; o apoio ao NECA; a descentralização nas juntas de freguesia, o apoio às famílias carenciadas; o apoio na frequência e reforço das Atividades e Tempos Livres (ATL); o reforço no apoio alimentar; o apoio nos transportes, no qual a Câmara tem um encargo de centenas de milhares de euros; o apoio ao CREF; o financiamento e apoio logístico à "Orquestra Geração", da Boa-Água; e a recção à Comunidade Educativa.----------

----------<u>Na área da Cultura, Biblioteca, Desporto e Juventude</u>: ----------

----------O arranque da instalação do Museu do Mar; a conclusão da 1ª fase da Casa da Horta, dos peregrinos do Cabo Espichel; a renovação das instalações da Capela do Espírito Santo dos Mareantes; o apoio às iniciativas tradicionais, como a Festa da Chagas, a Festa do Cabo Espichel, a Festa de Alfarim, a Feira-Festa; a realização da 9ª. Temporada de Ópera no Cabo Espichel, que tem sido um enorme sucesso; o apoio à Orquestra Sinfónica Juvenil; a Mostra de Teatro Escolar; a atribuição do Prémio Científico de Sesimbra; o apoio ao Festival Finisterra; a manutenção do complexo desportivo da Maçã; o arranque dos diversos eventos desportivos, a regata das aiolas, a travessia da baía, a corrida de Sesimbra; o BTT pelo património; a gestão da piscina de Sesimbra e sala de desporto; a continuação do apoio às instituições através do plano de desenvolvimento desportivo; as Férias Jovens; e os Jogos Desportivos Escolares.----

----------Na área da Ação Social ----------

----------O projeto "Sempre a mexer para não envelhecer"; a ampliação do apoio às famílias carenciada; o apoio à realização de obras através do RMARH; o projeto Farmácia Solidária; a distribuição de bens pelas famílias carenciadas; e o reforço da colaboração com o ABAS. ----------

----------Na área da Saúde ----------

----------A realização de ações destinadas à promoção da saúde; o projeto prevenção e acompanhamento de risco no 1º. Ciclo; a adesão à Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis; o apoio à Federação Portuguesa do Autismo, na iniciativa "Acendam a Luz Azul".----------

----------Na área da Habitação e Urbanismo ----------

---------- A manutenção e conservação dos Bairros Municipais, na Almoinha, Zambujal, Argéis e Quinta do Conde; o reforço na iluminação pública na Quinta do Conde, substituindo-se as iluminárias por outras mais eficientes e amigas do ambiente, as chamadas Leds; a continuação das obras de urbanização nas várias AUGI-Área Urbana de Génese Ilegal, em Courelas da Brava, Casal do Sapo, Lagoa de Albufeira e Alto das Vinhas; a aprovação de novas AUGI na Lagoa de Albufeira, onde em muitas delas a Câmara teve que substituir as Comissões para resolver um problema que podia ser grave; a continuação do trabalho da Revisão do Plano Diretor Municipal; e as infra-estruturas da AUGI 24 da Quinta do Conde.----------

----------Na área do saneamento e salubridade----------

----------A conclusão dos projetos do POVT- Programa Operacional da Valorização do Território; o reforço dos ecopontos e também a substituição de alguns por outros maiores; e a conservação dos cemitérios municipais.----------

----------Na área do Ambiente e Paisagismo ----------

----------A manutenção da Várzea da Quinta do Conde; a manutenção dos protocolos com as juntas de freguesia para a manutenção dos espaços verdes e jardins; a abertura da Lagoa de Albufeira; a

manutenção da Bandeira Verde do programa Eco XXI; o acompanhamento das revisões do POPNA; a manutenção da Bandeira Azul, na Praia do Ouro, Califórnia, Moinho de Baixo e Lagoa de Albufeira. -----

----------Na área da proteção Civil ----------

---------- A conclusão da requalificação do posto de vigia no Facho da Azoia, que tinha ficado danificado devido ao incêndio que tinha acontecido naquela zona; as várias ações de prevenção e sensibilização realizadas pela Proteção Civil junto dos estabelecimentos de ensino do concelho; e o acompanhamento dos Planos Operacionais com as forças de autoridade do concelho. ----------

----------No abastecimento de Água ----------

---------- O investimento na beneficiação das centrais de Apostiça e Cabeça do Melão; o reforço das redes de execução e distribuição; o controlo da qualidade da água; a beneficiação das captações com a intervenção em vários furos; a participação de um estudo sobre o sistema de abastecimento de água em alta, na península de Setúbal.----------

----------Na Atividades Económicas e Turismo----------

----------O reforço da campanha "Sesimbra é Peixe"; a manutenção do Plano Estratégico do Turismo; as campanhas de rua "Sesimbra é Peixe; a participação na BTL; a 16ª edição da Zimbra Mel; as parcerias com outras entidades na Quinzena do Peixe Espada Preto e do Espadarte; as hortas Solidárias da Quinta do Conde; as comemorações do Natal, Réveillon e Dia dos Reis, em Sesimbra; o Carnaval de Sesimbra; a remodelação do Mercado Municipal; a realização da 3ª Mostra da Maçã Camoesa, na Moagem de Sampaio; as comemorações do Dia do Pescador e as comemorações do Dia Nacional do Mar. ----------

----------Na Toponímia ----------

---------- A atribuição de largas dezenas de topónimos, na freguesia do Castelo e na freguesia Quinta do Conde; e a actualização do site da toponímia "Ruas com História". ----------

----------Na Trânsito e Rede Viária----------

----------O arranque de pavimentações de parte das estradas que foram intervencionadas com a ligação do esgoto, nomeadamente, Fetais, Pocinho e Maçã; a execução da estrada de ligação Zambujal/Assenta; a execução de passeios em várias ruas na Quinta do Conde; a pavimentação da Rua 4 de Maio, em Sesimbra; e a conclusão das pavimentações na Rua da Fé e Rua António Aleixo, na Quinta do Conde.----

----------Na Modernização, Qualidade e Comunicação----------

---------- A concretização do projeto Luz; a dinamização do projeto "Sesimbra é Peixe"; a reformulação do *site* do Turismo "Visit Sesimbra"; a produção de filmes para sites de promoção externa; a implementação do Plano de Manutenção dos Edifícios; e a manutenção de programas de auditoria. ----------

----------Relativamente às receitas o Vereador indicou que a autarquia tinha arrecadado 40.771.554 euros milhões de euros. A despesa atingira 45.670 milhões de euros, o que significava que tinha ficado por liquidar 5.254,514 milhões de euros. Portanto a menor dívida de curto prazo de há muitos anos. ---------

----------Nos impostos diretos, IMI, IMT, IUC, derrama e contribuição autárquica, a autarquia tinha uma previsão de 19.850 milhões euros e tinham sido arrecadados 17.567.873 euros, ou seja 88,7% daquilo que tinham inicialmente previsto. ----------

----------Nas receitas correntes tinham previsto arrecadar 44.741 milhões de euros e tinham arrecadado 38.418 milhões de euros. O que significava que tinha sido arrecadado 86% das receitas----------

----------Nas receitas de capital, que como sabiam vinham de fundos comunitários, ou de empréstimos bancários, o Estado para Sesimbra tinha transferido 172.561 mil euros, que não dava nem para comprar metade de um carro do lixo. ----------

----------As despesas do município, pagas, assumidas e não pagas, totalizaram 45.670 mil euros. ----------

----------Nas despesas com o pessoal verificava-se um valor de 17.006.171, que mostrava um decréscimo relativamente ao ano anterior, dada a manutenção das reduções remuneratórias, reestruturação orgânica e valor do trabalho extraordinário. Portanto a Câmara de custos com o pessoal, quer de dívida paga, quer de dívida assumida e não paga, tinha 37,24% do total das despesas da autarquia, isto para um universo de 870 trabalhadores. ----------

----------Na despesa com aquisição de bens e serviços tinham gasto 32,66%, ou seja, 14.916,423 milhões de euros. E o total das despesas correntes, pagas, assumidas, e não pagas, totalizavam 35 milhões de euros. Ou seja, da totalidade das despesas da autarquia 77% eram de despesas correntes, que incluía obviamente, muitos subsídios e transferências correntes para instituições com relevância no concelho.

----------As despesas de capital foram de 10.164,987 milhões de euros, ficando por pagar 868 mil euros.

----------Quanto às Grandes Opções do Plano (GOP) que o executivo defendia como os projetos prioritários, a previsão inicial era de 18.554 milhões de euros, tinham sido realizadas cerca de 70%, ou seja, 12,9 milhões de euros. Na educação a previsão foi de 1.806 milhão de euros, mas a execução foi de 2.117 milhões de euros, 17% acima do previsto. ----------

----------Depois o Vereador chamou a atenção que se fossem ver as GOP no final do ano, fruto das sucessivas alterações orçamentais, tinham atingido 17.770 milhões de euros. O cabimento, que era aquilo que pretendiam fazer e que os serviços enviam para a contabilidade para realizar obra, totalizaram 16.698 milhões de euros, ou seja 93,93% do total das GOP. E portanto as GOP não realizadas foram de 1 milhão de euros. Como 15,698 milhões de euros, ou seja 87% das obras que tinham como prioritárias foram comprometidas, desse compromisso foram realizados 13 milhões, ou seja, 76,6%. Como a Câmara

pagou 12 milhões de euros, significa que na totalidade dos 17 milhões iniciais e dos 13 milhões realizados, a autarquia de Sesimbra ficou exclusivamente com dívida de curto prazo de 5.254,514 milhões de euros, portanto 5,2%.----------

----------Quanto ao endividamento disse que a dívida de curto prazo da autarquia, no início de 2015, era de 6,464 milhões de euros, a dívida de médio e longo era de 21,180 milhões de euros, o que perfazia o total de 27,653 milhões de euros. No final de 2015, o valor global destas dívidas era de 24,7 milhões de euros. Portanto uma redução da dívida global na ordem dos 2, 8 milhões de euros. ----------

----------Citou que não foi apenas em 2015 que a autarquia reduziu a dívida global. Nos últimos 4 anos, desde 2012, a dívida da autarquia tinha reduzido de 34,957 milhões de euros para 24,771 milhões de euros, ou seja 10,186 milhões de euros. Para além disso, em 2012 o prazo médio de pagamento da autarquia era de 300 dias, quase 1 ano, e em 2015 tinha um prazo médio de pagamento de 110 dias. ---

----------Indicou que a dívida de curto prazo de 5,2%, como o executivo teve sempre o cuidado de salvaguardar as empresas do concelho, 47% da dívida era apenas à Simarsul, que tem uma facturação global para com o município de Sesimbra a rondar os 2 milhões de euros anuais. Portanto tinham uma dívida superior a um ano com a Simarsul. E tinham uma dívida de 368 mil euros à Amarsul. Portanto nestas duas entidades o município tinha mais de 50% da dívida total do município. ----------

----------Relativamente aos Recursos Humanos, o Vereador informou: ----------

----------Nos Refeitórios Municipais foram realizadas 20.250 refeições. ----------

----------Foram realizadas, no âmbito da Saúde Ocupacional, consultas de medicina a 337 trabalhadores, das quais resultaram 940 exames de diagnóstico.----------

----------Foram distribuídas pelos diversos serviços da autarquia 65 malas de Primeiros Socorros, no âmbito da Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho. ----------

----------Foram realizadas 16 visitas aos serviços, pelo Serviço de Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho. -

---------- Foram realizados 61 relatórios, fruto de acidentes de trabalho, o que para um universo de 270 pessoas/operacionais que andam todos os dias na rua, muitas das vezes com chuva, à acorrer a situações de perigosidade, consideravam resultados francamente satisfatórios. ----------

----------Foram realizadas 84 ações, com 408 participações em Seminários, Colóquios, Conferências e Workshops, no âmbito da Formação Profissional.----------

---------- Foram realizados 91 estágios curriculares dos 107 pedidos à autarquia. ----------

----------Relativamente ao Património, o Vereador disse que apenas daria dois ou três exemplos do trabalho realizado na questão da inventariação. E ia falar nisto porque normalmente era sempre uma das

áreas onde o Revisor Oficial de Contas tem o seu enfoque. A inventariação da autarquia não era uma tarefa fácil e apenas iria indicar alguns números para os deputados ficarem a perceber. ----------

---------- - Na situação dos bens imóveis foram realizadas 78 inventariações e feitos 5 abatimentos ao ativo imobilizado. ----------

---------- - No exercício de 2015, o valor patrimonial dos imóveis do domínio público, era de 149,9 milhões de euros. Foram feitas 19 anexações, sendo que uma delas tinha sido para a cedência de um terreno à "Associação Bianca" para legalizar a situação do Centro de Acolhimento dos animais, que presentemente tem mais de 300 animais à sua guarda. ----------

---------- - Dos bens móveis, como mesas, cadeiras, entre outros, no final do ano de 2014, estavam inventariados 28.448 bens, e este trabalho era feito por uma equipa muito reduzida, quer dos bens imóveis, quer dos bens móveis, a autarquia tinha apenas 5 pessoas. A diferença cifrou-se em mais 653 bens inventariados.----------

----------Informou que a autarquia tinha recebido no dia 24 de março, fruto dos resultados da sua boa gestão, a informação da DGAL que a penalização da retenção de 10% da transferência do Orçamento de Estado, devido ao prazo de pagamento da autarquia ser 300 dias, tinha sido suspensa. E estavam a falar de 300 mil euros que tinham sido retidos à autarquia. A Câmara tinha enviado à DGAL uma relação das dívidas mais antigas para serem pagas. ----------

----------Informou ainda, embora fosse em breve enviado à Assembleia, que o município de Sesimbra tinha sido alvo de uma inspecção por parte Direção Geral de Finanças (DGF) ao exercício de 2011. No dia 12 de abril a Câmara recebera a homologação às Contas de 2011, o que os tinha deixado bastante satisfeitos as contas terem sido aprovados pelo Tribunal de Contas.----------

----------Para além disso, a Câmara Municipal de Sesimbra tinha aderido ao PAEL- Programa da Apoio à Economia Local co Local. E quando aderiu, em 2012, a autarquia tinha de pagamentos em atraso, aqueles com mais de 90 dias, 13,575 milhões de euros. Passados 4 anos, a autarquia de Sesimbra tinha conseguido reduzir os pagamentos em atraso, ficando apenas em 1,6 milhões. E quando a Câmara foi buscar os 9 milhões de euros do PAEL, foi obrigada a fazer uma monotorização desse mesmo plano para saberem se estavam a desviar-se, ou não, dos objetivos propostos. Em 2015 o município tinha ultrapassado todos os objetivos financeiros e encontrava-se presentemente numa situação perfeitamente equilibrada, demostrando em simultâneo que não só recuperou a sua capacidade de investimento como a mesma supera significativamente a prevista no seu Plano. Ou seja, o município de Sesimbra superou largamente aquilo que foi projectado quando aderiu ao PAEL. ----------

----------Realçou que as coisas só não estavam ainda melhores, derivado à evolução da Derrama, Impostos Diretos e Taxas, com um valor abaixo do estimado, originado pela crise económica vivida em Portugal e que continuava a persistir de uma forma mais profunda e duradoura no concelho de Sesimbra. Esta execução orçamental tinha permitido que a Câmara Municipal de Sesimbra não tivesse aumentado os seus impostos em 2016, como o IMI, tarifários da água, saneamento e resíduos sólidos, que reflecte um ganho real em todos os munícipes, proprietários e agentes económicos do concelho, não pondo em causa as premissas quando o município entrou no PAEL.----------

----------Para terminar o Vereador quis realçar, que estes resultados só tinham sido conseguidos, nas diversas vertentes da ação municipal, porque tinha havido uma gestão prudente com a participação e empenho de todos os eleitos, uma capacidade e qualidade de trabalho na generalidade de todos os trabalhadores da autarquia, que muitas vezes são criticados na rua, mas que trabalham ao lado de qualquer trabalhador do sector privado. E para todos eles, um muito obrigado. ----------

----------Seguidamente a **Presidente da AM** deu a palavra aos Deputados Municipais.----------

----------O **Deputado João Rodrigues** referiu que esta execução resultava do orçamento aprovado, que o Movimento Sesimbra Unida (MSU) tinha votado favoravelmente por entenderem que os orçamentos deviam ter uma adesão o mais próxima possível da realidade. Foi isso que tinham dito desde a primeira hora e estavam satisfeitos, porque o grau de execução das receitas no âmbito da execução orçamental era de 84% e nas despesas de 83%. ----------

----------No entanto na redução dos 2,8 milhões de euros que o Sr. Vereador tinha feito referência, 2 milhões de euros a nível de empréstimos e 800 mil euros de dívida a terceiros, que permitia o tal equilíbrio financeiro que o Sr. Vereador se vangloriava, deviam pensar no passado porque houve alturas em que isso não foi possível. E aquilo que o MSU defendia desde a primeira hora era que esse devia ser o princípio básico, os objetivos deviam ser cumpridos mas com equilíbrio financeiro. Estavam satisfeitos e votariam sempre favoravelmente desde que esse objetivo fosse conseguido, sem por em causa evidentemente os investimentos que tinham que ser feitos. ----------

----------Em relação às compras gostariam de alertar para o aumento de dívida de terceiros, as rubricas de contribuintes de conta corrente tinham aumentado 1, 2 milhões de euros. Sabiam que a conta corrente tinha baixado, mas achavam que devia ser feito um acompanhamento para que não viesse a resvalar para aumentos significativos e pusesse em causa os prazos da Câmara Municipal.----------

----------Relativamente aos resultados 2012/2015, em termos globais, tinham tido uma variação positiva de 2,5 milhões de euros. E na reunião da Comissão tinha tido a oportunidade de falar nisso, que essa valorização de resultados, e somente de resultados, resultava essencialmente de uma menor previsão do

exercício. E por outro lado, no âmbito dos proveitos e ganhos, através do aumento de transferências dos fins obtidos que o Sr. Vereador tinha feito referência, que tinha a ver com as AUGI e com os reembolsos. ----------Quanto às previsões, disse que só ia falar porque tinha pedido na reunião da comissão ao Sr. Vereador para lhes enviar uma relação das dívidas, mas talvez por impossibilidade não o tinha feito. No relatório do auditor e também nas notas anexas ao Balanço, era feito a referência às previsões e aquilo que previa estava a acontecer. E passava a ler: ----------

----------**Previsões** ----------

----------*"Relativamente às dívidas fornecidas pela Divisão de Contratação de Serviços Urbanos essas têm sido objecto de tratamento isolado e o critério tem sido a antiguidade de saldos. Tendo sido feitas previsões aos valores em dívida até 2011."*----------

----------Disse que isto era insuficiente e o que recomendavam era que em 2016 as previsões atingissem no máximo 2 anos antes. Porque estavam a falar de 2011 e o exercício era de 2015 e pensavam que era muito tempo sem se fazer estas previsões. ----------

----------Leu ainda: *"Relativamente às dívidas dos impostos municipais comunicadas pela Autoridade Tributária, até à data, o município de Sesimbra optou por não constituir previsões de cobrança duvidosas*."----------

----------Disse que também nestas rubricas era necessário fazer uma análise cuidada e ver se era necessário, ou não, aumentar as previsões.----------

----------Por fim referiu, que quando fez a referência aos contribuintes de conta corrente, era porque havia um aumento significativo do saldo do Imposto Único. Em dezembro de 2014 havia 996 mil euros em dívida e presentemente havia 1 milhão e 619 mil euros, um aumento de 62%. Portanto gostariam de saber qual era a razão.----------

----------O **Deputado Manuel José Pereira** começou por dizer que não sabia se a questão das provisões do Deputado João Rodrigues ia colidir com a sua, mas como era um pouco avesso a essas coisas, ia só referir-se ao ponto 7.4 da Certificação Legal de Contas, em que, segundo o Auditor, havia um nível de provisões inferior em 1,3 milhões de euros àquilo que seria desejável. Portanto se o Vereador José Polido quisesse fazer um comentário sobre isso, agradeciam. ----------

----------Em termos das normas de controlo interno disse que era uma questão positiva. E em termos da contabilidade de custos, que presentemente tinha quase uma cobertura integral das despesas, havia um caminho assinalável. Esta era a questão contabilística e recusava-se a falar em contas. Portanto avaliavam, por um lado, a situação financeira e de gestão, mas também questões de Cidadania. ----------

----------Quanto ao Relatório e Contas disse que havia indicadores bastante positivos e a bancada do PS assinava por baixo daquilo que foi a intervenção anterior, quer por ação direta da Câmara, nomeadamente a redução da dívida, quer da global, quer da de curto prazo. Tinha sido iniciado um caminho que presentemente tem uma redução mais substancial, e esperavam que fosse para manter em 2016. Naturalmente que isso tinha levado também à contenção de despesa corrente de forma mais sustentável do que aquela que estava a ser feita anteriormente e obviamente que em consequência disso também havia coisas más. ----------

----------De qualquer modo, quer o global da despesa corrente, quer a despesa com pessoal, havia de facto uma contenção clara e sustentada. E havia também uma recuperação, um aspeto que a bancada do PS tinha referido no ano passado, da venda de bens e serviços. Ou seja, há um ano atrás a venda de bens e serviços tinha subido 1%, este ano já subia 3%. Ou seja, uma capacidade também da parte dos munícipes de acederem a serviços prestados pela câmara e a comprarem aquilo que esta disponibiliza. E este também era um aspeto positivo e de saudar. Portanto a par disto havia, globalmente, na maior parte das taxas de execução orçamental valores positivos e valores perfeitamente aceitáveis. Isto associado à redução do prazo médio de pagamentos, que o Vereador tinha referido, embora ainda se tivesse que ir melhorando para atingir os valores tecnicamente, ou politicamente, aceitáveis.----------

----------Contudo também havia coisas menos positivas, nomeadamente a carga fiscal continuou a aumentar, não aumentou, quer em valor, quer em percentagem, como no ano anterior, mas ainda aumentou. O Vereador tinha dito que o IMI não aumentou, mas o PS tinha sugerido a descida de alguns impostos municipais face aos resultados alcançados. Achavam que tinha sido possível alguma descida, ainda que comedida, dos impostos locais em 2015. E era óbvio que o valor do investimento também não lhes agradava, porque chegou-se a um valor de 5 milhões de euros, o que não se verificava há 15 anos. E isto porque o investimento ao longo dos anos devia ter sido mais equilibrado, para que não se chegasse a um ano de tão pouco investimento. Até porque era importante haver investimento público municipal, porque isso é que ia induzir o desenvolvimento, quer económico, quer social, do concelho. ----------

----------Ao nível dos serviços, quer em quantidade, quer em qualidade, também tinha que ser melhorado. Por exemplo na Cotovia, onde despejava o seu lixo, durante muito tempo havia três contentores, que na sua opinião era o número indicado, um contentor partiu-se, foi retirado e não se colocou outro, e aquilo estava caótico. Portanto sugeria que fossem ver essa situação e que fosse colocado mais um contentor.

----------Depois disse que havia uma situação que gostaria de falar, embora não tivesse a ver com serviços, tinha globalmente a ver como se atende as questões que se verificam no município. Tinha enviado um *email* sobre uma eventual deposição de detritos numa obra em Lisboa, numa zona à partida fortemente

infectada, no Campo das Cebolas, detritos que teriam vindo para uma Pedreira na Herdade das Mesquitas. O Sr. Presidente da Câmara tinha-lhe respondido que ia ver o que se passava, mas que em princípio tinha sido tudo visto pelos técnicos. Depois tinha enviado um segundo *email*, que não tinha tido resposta, porque tinha tido informações que tudo o que eram detritos deixou de sair da obra, ficavam contidos no estaleiro da mesma, que foram para análise para ver os níveis de contaminação. Presentemente tinha sido informado que a inspecção, chamada Igamaot, tinha vindo ao areeiro verificar. Portanto a questão era: A Câmara Municipal sabia o que se passava? Estava atenta? O concelho de Sesimbra está no meio de areeiros, com um nível freático elevadíssimo, havendo contaminação tinha que ser retirado o que lá estava. E esperar que os lençóis freáticos não estivessem já atingidos.----------

----------Passando aos resultados ali presentes naquele dia, pensavam que eram os resultados possíveis, e no contexto em que foram alcançados até reconheciam que eram bastante positivos. Porque estavam condicionados pela própria estratégia que a Câmara delineou, e bem, mas também pelas fortes restrições impostas pelo Governo anterior. Iam esperar que houvesse condições para que o atual Governo de alguma forma pudesse aliviar, até porque o que estava em causa era a qualidade de vida das pessoas e teria que haver sensibilidade para isso. E a este propósito registavam com curiosidade o PSD ter dito que tudo de bom o que a Câmara conseguiu fazer foi fruto da austeridade que o Governo impôs com as suas normas.----------

----------Depois citou que no início da sua intervenção tinha falado de Cidadania, e tinham de facto problemas ao nível da Cidadania e da Democracia Local e este ano comemorava-se 40 anos do Poder Local. E isto porquê? Porque os Vereadores do Partido Socialista têm pelouros atribuídos e, de acordo com a avaliação não só da sua bancada mas mais genérica, têm feito um excelente trabalho, quer ao nível dos seus pelouros, quer ao nível de outras matérias que eram discutidas, que eram apresentadas e que são sugeridas e que às vezes até eram aproveitas por outros pelouros da Câmara. Visse-se por exemplo as questões associadas ao pelouro da saúde, e tinha sido ali falado a questão da Quinta do Conde. Mas quando diziam que a Quinta da Conde ainda estava por resolver e que era onde estava a força dos utentes sem médico de família, também sabiam que o Centro de Saúde de Sesimbra também era problemático. Havia informações claras de que o contrato programa ia ser assumido pelo atual Governo. O Sr. Secretário de Estado tinha respondido, no Parlamento, aos Srs. Deputados que sim. E haveria já o despacho conjunto com autarquias locais, orçamento e saúde, para que esse trabalho avance. ----------

----------Também iria avançar o Hospital do Seixal e eventualmente teria reflexos ao nível do tal SUB – Serviço de Urgências Básicas, necessário para Sesimbra. E portanto só faltava mesmo a Quinta do Conde, que também era um assunto importante e que pelo menos o Governo alertado estava. Agora não sabiam

se era naquele pré-fabricado, seja para a saúde, que não defendia que fosse, mas sim uma ampliação do novo, como não defendia que fosse para o Polo de Leitura. Portanto, sendo esta uma constatação óbvia e irrefutável, parecia-lhes que de facto os Vereadores do PS deviam ter melhores condições para desempenhar as suas funções ao serviço das populações, tal como o estavam a fazer sem ter sequer tempos atribuídos, o que em termos relativos era de uma grande injustiça. E portanto essa era uma leitura algo distorcida daquilo que devia ser a democracia local. Bastava comparar com os tempos em que o Partido Socialista esteve na câmara, em que qualquer Vereador independentemente da força política tinha acesso ao que entendesse e que pudesse ser o melhor contributo que pudesse dar à política local. Admitiam que isso ainda pudesse ser fruto de eventual correção no percurso do atual mandato.----------

----------Por fim disse que queria terminar, sublinhando também o esforço de todos os funcionários, de todo o pessoal dirigente e chefias, que em cenário perfeitamente adverso deram o seu melhor. Era óbvio que não podia deixar de referir o facto de ser recorrente o relatório do ROC chegar no próprio dia. -------

----------O **Deputado Alain Monteiro** referiu que analisando todos os dados que lhes tinham sido enviados e estando atentos à exposição feita pelo Sr. Vereador, quer no presente dia, quer na reunião das comissões, partilhavam também o mesmo entusiamo do Sr. Vereador pelos resultados alcançados no ano de 2015. E nesse sentido identificava duas grandes questões.----------

----------A primeira, a questão da dívida e obviamente a sustentabilidade da própria Câmara. E a segunda, a questão respeitante ao investimento que reflectia a melhoria da qualidade de vida dos munícipes. -----

----------Relativamente à dívida, a bancada da CDU considerava verdadeiramente fantástico. Já o tinha dito no ano anterior relativamente aos dados de 2014 e à amortização da dívida e seguia a mesma linha este ano. E como tinha dito o Sr. Vereador, de facto passava-se de uma dívida de 34.9 milhões de euros para 24,771 milhões de euros. Uma diminuição de cerca de 10 milhões de euros num contexto verdadeiramente adverso, porque de facto a crise, que ainda se vive, não surgiu em 2014 ou 2015,vinha sensivelmente desde 2008. Isto significava que era o terceiro mandato da CDU que já teve mais tempo em crise do que no mandato de 2005/2009. Isto era sinónimo de um enorme rigor das contas e um grande trabalho, destacando em seguida alguns dados menos positivos: ----------

----------1ª – Todo o trabalho realizado tinha sido com base em receitas próprias porque o Estado Português esquecia-se da zona de Sesimbra não só em 2015 mas também em anos anteriores. Assim tornava este trabalho e esta recuperação económica ainda mais meritória. Também a questão da dívida à ADSE fora liquidada, não obviamente a dívida corrente, e outros indicadores relativos a esta situação como por exemplo o prazo médio de pagamento, no entanto havia um dado importante nesta situação que tinha a ver com o pagamento quase imediato nomeadamente a empresas locais e aí num claro apoio

à economia local como aliás fora apresentado na reunião das Comissões. Destacava também o resultado líquido positivo de 1.6 milhões em 2015. ----------

----------Debruçando-se sobre as questões do investimento, referiu que a CMS não deixara de realizar investimento em várias áreas e que vinha melhorar a qualidade de vida dos munícipes. Fora a conclusão da rede de saneamento, o reforço do abastecimento de água do concelho, o programa de pavimentação que se ia prolongar em 2016, 2017 e 2018. Destacou depois o investimento na área da educação que ultrapassara o ano anterior, aliás não só na educação, mas cultura, desporto, juventude, ação social que também suplantara o investimento em 2014. Nesta conformidade a CDU não podia deixar de votar favoravelmente o Relatório e Contas. ----------

----------O **Deputado Lobo da Silva** disse que a bancada do PSD iria fazer a sua intervenção baseada em 5 pontos. ----------

----------Quanto ao Plano de Atividades referiu que o presente plano reflectia efetivamente uma execução. Queriam destacar basicamente dois pontos fundamentais para o concelho de Sesimbra, o saneamento básico da freguesia do Castelo e a conclusão das obras do Museu do Mar na Fortaleza, associado também à requalificação da rede viária, que no seu entender ainda faltava alguma coisa. ------

----------Quanto ao investimento disse que tinham defendido no passado e continuavam a defender, que o município podia e devia fazer mais na área do turismo. Sabiam que tinham na assembleia visões diferentes, mas não aceitavam a observação que a Srª. Vice-presidente fez na reunião das comissões, que disse que "Sesimbra não pode ser um destino turístico porque não tem grandes acessibilidades e uma capacidade hoteleira". Sem dúvida que todos eles gostariam de ter outras acessibilidades, agora não podiam, com base nisso, não apostar mais no turismo. Não se podiam esquecer que tinham um mercado espanhol a 600km, de extraordinária clientela, e que Sesimbra ainda não sabia aproveitar. Esperava que se pudesse fazer uma inversão nesse sentido. ----------

----------E porque o Sr. Vereador falou na BTL, gostaria de dizer que mais um ano a presença de Sesimbra ficou aquém daquilo que era o esperado. Compreendiam que estavam inseridos, mas não deviam, deveriam estar num pavilhão próprio, porque tinham matéria para estar num pavilhão próprio. De salientar a excelente colaboração, educação, princípios, profissionalismo, das pessoas que estavam lá e que são funcionários da Câmara Municipal. Mas tinha faltado o tal clique que a bancada do PSD tem vindo a alertar. Porque não podiam conceber que certos municípios muito mais pequenos que Sesimbra estivessem representados de uma forma deferente e Sesimbra não estivesse. Porque "*não dizia a bota com a perdigota*". E isto queria dizer, que não reflectia o investimento que a autarquia tem feito em termos de infra-estruturas, nomeadamente nas freguesias de Santiago e Castelo. Portanto quanto à BTL,

uma vez mais o reparo da sua bancada pela falta de ambição. E aproveitavam para perguntar à Srª. Vice-presidente, tendo Sesimbra a marca "Sesimbra É Peixe", qual tinha sido a razão de não haver na BTL um cartaz de "Sesimbra É Peixe". ----------

----------Relativamente às contas disse que pensava, mais do que falar dos valores das receitas correntes, de capital, os investimentos, que tinham que salientar um resultado. E o resultado era que a dívida de curto prazo tinha baixado, a dívida de médio e longo prazo tinha baixado. Ou seja, a dívida tinha baixado na sua globalidade. Efetivamente havia que reconhecer e as contar eram isso mesmo e não podiam mascarar as contas, embora houvesse certas forças politicas que gostavam de mascarar os números. Não era esse o caso da bancada do PSD e congratulavam-se que a dívida tivesse baixado. ----------

----------Depois dar uma palavra de apreço à redução de número de dias para pagamento das faturas aos fornecedores, este devia ser um sintoma que os fornecedores deveriam continuar a ter, saberem que quando fornecem a Câmara Municipal de Sesimbra, esta paga a x dias. ----------

----------No entanto pensavam que ainda podia ser reduzido certos gastos e deixavam dois ou três pontos que passava a enumerar: ----------

---------- - Relativamente aos seguros, e face às oscilações que existem no mercado, pensavam que a Câmara Municipal de Sesimbra deveria fazer uma grande consulta externa, tinha que lançar uma grande consulta. Porque efetivamente o mercado hoje assim o obriga.----------

---------- - Rever os critérios de atribuição de certos subsídios eventuais, que parece um apanágio em todas as reuniões de Câmara. Sobre isto o PSD já tinha alertado e recomendado à Câmara, que pelo menos pusesse na ordem de trabalhos qual era o montante do subsídio atribuído. ----------

---------- - Rever também os gastos com as aquisições de serviços a terceiros. Pensavam que também aqui tinham margem para ter mais capacidade e essa capacidade também vinha do prazo de pagamento. Evidentemente que quando pagavam a 300 dias, como o Sr. Vereador falou, os fornecedores aplicavam margens muito superiores. Sabendo que a Câmara Municipal agora paga a tempo e horas, num tempo de 90/100 dias, tinham que saber comprar melhor, porque muitas vezes a diferença era no comprar. -------

---------- - Depois a questão dos pagamentos do município, nomeadamente ao Estado Português e à EDP. E o que pretendiam dizer era o seguinte: tendo em consideração o que tem sido apanágio pelo executivo do Partido Socialista e a sua base parlamentar na assembleia da República, gostariam que, pelo menos neste ano, ou no próximo, se revertesse aquilo que o PSD fez no passado, que é aquilo que o PS tem feito. E deixava dois pontos:----------

---------- - A redução do IVA da electricidade de 23% para 6%; ----------

---------- - E o fim da prestação do FAM ao Estado Português. Porque efetivamente quando o FAM veio para cima da mesa, foi apelidado de que era um roubo que o PSD fazia às autarquias. Portanto estavam num momento, tendo em atenção a maioria parlamentar existente presentemente, democraticamente eleita, de reverter esta situação.----------

----------Deixou uma palavra de agradecimento ao trabalho da equipa que estava a fazer o levantamento do património. Porque sabendo que havia sempre património que tinha que ser abatido, outro que tinha que ser incorporado, de facto era um trabalho que tinha que ser reconhecido. ----------

----------Disse que queria deixar uma referência, era pena que o plano de atividades ali presente não reflectisse um investimento, o cemitério para animais, que era uma recomendação do PSD à camara, para que estudasse essa possibilidade. ----------

----------Uma palavra de reconhecimento ao trabalho que o Vereador do PSD tem feito na Câmara Municipal de Sesimbra na base dos seus pelouros. ----------

----------Para concluir, disse que o desempenho da autarquia sesimbrense também era reflexo das restrições impostas pelo Governo do PSD às autarquias, o que fazia com que pudessem ter aqueles números. Ou seja, gastou-se menos e geriu-se melhor. Ou seja, o município de Sesimbra soube aplicar aquilo que o Governo do PSD tanto falava, foi um bom aluno. Daí a bancada do PSD votar favoravelmente os documentos apresentados pela maioria CDU. Se por um lado, contribuíam com projetos e com ideais na gestão, reconheciam que esta maioria foi, e voltava a frisar, um bom aluno, porque aprendeu e soube aplicar as regras da contenção orçamental impostas pelo Governo do PSD, por que razão a sua bancada deveria no presente dia, por ser oposição, votar de outra forma. Não seriam nunca oposição por oposição, mas seriam sempre uma oposição construtiva e responsável.----------

----------Por fim, queria agradecer o esforço e a dedicação de todos os trabalhadores da Câmara Municipal de Sesimbra, mais uma vez deram prova de grande profissionalismo. Mas deixassem-no deixar uma palavra ao "quinteto da contabilidade", como foi apelidado, bem se poderia dizer que não foi só no Governo do PSD que houve um Vítor Gaspar e uma Maria Luísa Albuquerque, também na Câmara Municipal de Sesimbra tinham um Vítor Gaspar e uma Maria Luísa Albuquerque. ----------

----------A **Presidente da Assembleia** agradeceu ao deputado Lobo da Silva e disse que a hora psicológica da uma da manhã dava esta leveza e riqueza de palavras.----------

----------Deu a palavra ao **Deputado Francisco Jesus** que disse que tinha algumas notas sobre o relatório de conta e atividades. A primeira nota para dizer que em função daquilo que foi o resultado, os indicadores positivos da gestão também não eram dissociados de algum espírito incutido nos trabalhadores da autarquia de práticas boa gestão, que não eram dissociadas obviamente daquilo que ali

já tinha sido referido. E não era um caminho que agora se inventava, era um caminho que se seguiu e não tinha nada a ver com o facto das boas práticas de serem bons ou maus alunos. Foi um trabalho conseguido através de uma rentabilização daquilo que são as aquisições de serviços e prestações de serviços, no âmbito das comunicações, da aquisição de bens e de peças para viaturas. Portanto tudo isso foram objecto, sabia por conhecimento próprio, de reflexão por parte do executivo e que levou indubitavelmente a que houvesse uma melhoria clara, não só no prazo dos pagamentos em atrasos como também na redução da dívida de curto prazo do próprio município. Também a definição sustentada de investimentos, obviamente num quadro mais reduzido do que o que tiveram em 2015, mas com o essencial para aquilo que era o bom funcionamento do município. ----------

----------Disse que queria destacar duas questões muito particulares, num quadro daquilo que era a na freguesia do Castelo, que já tinha referido várias vezes ali na assembleia. ----------

----------A primeira a manutenção do espaço público que teve de facto uma melhoria significativa, não apenas por força dos contratos de execução assinados com as juntas de freguesia, mas também pelo esforço do município naquilo que são as suas áreas e da parceria que tem feito inclusivamente com as juntas de freguesia. E na questão, obviamente, da requalificação da rede viária, que era importante que se continue a fazer durante o ano 2016/2017, mas que teve de facto um processo iniciado em 2015. E isto, num quadro talvez de maior atropelos desde a existência das próprias autarquias, que este ano fazem 42 anos da sua existência livre com eleições. E atropelos que podia enunciar um conjunto deles.--

----------A Lei de Finanças Locais, que é terrível para os municípios, aliás, a Lei de Finanças Locais e, mais do que isso, os atropelos sucessivos à Lei de Fiscais, que têm sido cometidos pelos diversos governos com base na Lei do Orçamento de Estado; As restrições à contratação de pessoal; retenção para o Fundo de Apoio Municipal-FAM; As retenções para o funcionamento de um organismo que tutela as autarquias locais, os municípios dão um subsídio para o funcionamento da Direcção-Geral das Autarquias Locais; O aumento das contribuições, nos últimos anos, para a Caixa Geral de Aposentações e para a Segurança Social; O aumento do IVA da iluminação pública de 6% para 23, uma questão completamente descabida; O adicional ao Imposto de Circulação, que foi aumentado e que foi só receita da Administração Central; A Lei dos Pagamentos e Serviços em atraso; A ingerência na organização dos serviços. ----------

----------Portanto matérias que condicionaram, e continuam a condicionar, a gestão de qualquer município e não apenas o município de Sesimbra. Mas se estas matérias no quadro da autonomia, no quadro do financiamento indirecto condicionam, no quadro daquilo que é a participação, e já tinha sido referido pelo Vereador, a comparticipação do município de Sesimbra aos impostos do Estado, então a questão ainda era mais complexa. E tinha ali alguns números que eram os seguintes: ----------

----------Em 2002, o município de Sesimbra recebeu, do Fundo de Equilíbrio Financeiro, do Fundo Social Municipal e a participação variável no IRS, recebeu 4,46 milhões de euros; em 2005, recebeu 4,65 milhões de euros, em 2006, recebeu 4,65 milhões de euros; em 2015, portanto 10 anos depois, recebeu 4,97 milhões de euros. Ou seja, em 12 anos o município de Sesimbra, naquilo que era a sua comparticipação nos impostos do Estado, teve exatamente o mesmo valor que teve há 14 anos atrás. E isto não era demagogia, nem ninguém a inventar, eram dados. E isto mais grave se colocava, quando neste período homologo o concelho de Sesimbra teve um aumento populacional de 35%. Ou seja, 12% daquilo que era o orçamento municipal da receita era o proveniente da participação dos impostos do Estado. Portanto, dos mais baixos, decididamente, daquilo que existe a nível nacional, que na sua opinião, era um dos condicionantes que não devia ser desmesurado.----------

----------E tinha alguns números daquilo que era a execução orçamental das GOP, que eram elucidativos daquilo que é a dificuldade do município e daquilo que é o investimento do município, muitas vezes substituindo-se ao papel que deveria ser da Administração Central. O Fundo Social Municipal, ou a essência da existência do FSM, era sobretudo para as despesas da descentralização de competências para a área da educação. Ou seja, ação social escolar; transportes escolares; manutenção dos equipamentos pré-escolar e 1º. Ciclo; pagamento aos auxiliares de ação educativa no pré-escolar. E o município de Sesimbra recebeu, em 2015, do Fundo Social Municipal (FSM), 774 mil euros. ----------

----------Depois indicou que tinha feito rapidamente estas contas: Ensino pré-escolar-gastos de manutenção, 224 mil euros; descentralização de competências para as juntas- manutenção dos edifícios do pré-escolar e do 1º. Ciclo, 125 mil euros; ação social escolar - inclui as refeições e auxílios económicos, 779 mil euros; funcionamento das instalações - inclui material de expediente e limpeza, 179 mil euros; transportes escolares do 1º ciclo, 14 mil euros; 2º e 3º ciclos 261 mil euros. Resultado: 1milhão, 582 mil euros. Ou seja, mais do dobro daquilo que foi a transferência do FSM. E nestes números não estavam incluídos, os investimentos; o apoio aos projetos escolares; o apoio de orientação vocacional, em matérias de combate ao insucesso escolar; os projetos educativos da própria Câmara. Mais, nem sequer estava os encargos com o pessoal não docente.----------

----------Portanto, estas eram as dificuldades com que o município de Sesimbra presentemente se depara. E portanto quando tinham todas aquelas dificuldades e conseguiam ter os resultados que tiveram, era impossível não valorizar. E não podiam escamotear aqueles números. Aliás, a questão que ali colocada dos investimentos em 2015, portanto não era desassociada daqueles números, mas também não era desassociada que em 2015 não houve candidaturas a Fundos Comunitários. Em 2016 e em 2017, e pensava que Câmara já tinha no quadro da própria AML um conjunto de candidaturas e até benefício do

espaço público, sobretudo na área da mobilidade, certamente que irá projectar-se nos orçamentos de 2016 e 2017, provavelmente até 2020, muito para além do mandato do presente órgão executivo, e portanto estava convencido que o investimento seria superior, por força obviamente das candidaturas ao Quadro Comunitário de Portugal 2020. ----------

----------Relativamente à questão que a carga fiscal continua a aumentar, ele diria o contrário. Que com todos os condicionantes e com os resultados obtidos tinham que salientar que carga fiscal não aumentou. Podiam dizer, e era um facto, que a obtenção de receita por força daquilo que era a percentagem da carga fiscal, que não aumentou, foi maior, mas também não podiam fazer gelo quente. Não podiam dizer que o município de Sesimbra foi bom aluno, não foi e já ia dizer porquê, que teve de facto uma gestão rigorosa, cuidada, com objetivos, que presentemente estava melhor que no ano passado, e que por sua vez estava melhor que em 2013, e depois dizer que deviam diminuir a carga fiscal. ----------

----------Quanto ao ser bom aluno, disse que o município de Sesimbra seria bom aluno se tivesse aumentado a carga fiscal, que foi aquilo que a Administração Central e o Governo fez. Se aumentassem a carga fiscal sobre os munícipes e se aumentassem o volume da dívida percentualmente com aquilo que era a receita da Câmara, garantidamente seriam um bom aluno. O Estado Português tem nos municípios, estava a falar na generalidade, o exemplo de gestão. Se o Estado Português tivesse a gestão dos municípios, e se calhar Sesimbra era um deles, não estava no estado em que se encontra hoje. ----------

----------Depois e para finalizar disse que queria deixar duas notas: ----------

----------Um apelo, na melhoria da continuidade de manutenção do espaço público, sobretudo na limpeza e recolha de monos e resíduos verdes, era uma aposta que tinha que ser feita, para além da fiscalização que tinha que aumentar. A continuidade da requalificação da rede viária e na mobilidade, sobretudo nos passeios e acessibilidade para peões, em particular na freguesia do Castelo, e sabia que existia já uma candidatura no âmbito da AML para este fim, abrangente a todas as freguesias. ----------

----------E uma observação, relativamente àquilo que são as políticas para as autarquias locais, oriundas da Administração Central. Se este ano era verdade que tinham assistido no quadro das autarquias locais, à reposição de alguma autonomia em algumas matérias que devia estar na esfera da autonomia do poder local, e era uma realidade que houve, também verdade e era indesmentível que no capítulo financeiro, e o Orçamento de Estado versa sobretudo pelo capítulo financeiro, mais uma vez assistiam ao incumprimento da Lei de Finanças Locais e nas autarquias, municípios e juntas de freguesia, a verem depuradas receitas que seriam suas por direito próprio naquilo que está previsto na Lei de Finanças Locais. Portanto tinham a expectativa que em 2017, sem prejuízo de uma revisão ou de uma nova Lei de Finanças Locais, que pelo menos fosse reposto aquilo que está previsto nesta terrível Lei. ----------

----------O **Deputado Alain Monteiro** que disse, quanto à questão do turismo, que era de facto uma falha não terem tido um cartaz na BTL. Felizmente não tinham falhado nas praias de Bandeira Azul, na recuperação do Património, na campanha Sesimbra é Peixe, no novo *site* da Câmara, no réveillon, no Carnaval, no Carnaval de Verão, nas provas desportivas, na Zimbramel, na Zimbr'arte, entre muitas outras iniciativas que divulgam sem dúvida Sesimbra para além da nossa região. Por isso fazia um apelo, que o voto favorável ao relatório de contas fosse influenciado por todos os dados que já tinham sido ali referidos e não porque falta, um cartaz aqui, um contentor do lixo ali, ou um balde no Polo de Leitura. -

----------O **Deputado Manuel José Pereira** disse que o Deputado Lobo da Silva tinha referido o IVA da electricidade, mas também importa mexer no IVA das refeições escolares e no IVA que as IPSS vão pagando sobre muitos serviços, tem tudo muita influência naquilo que é a atividade municipal, assim como a questão do FAM. Eram questões que já tinha colocado, não queria dizer que viessem a ser resolvidas mas existia seguramente sensibilidade para isso. Assim como em relação às questões do Deputado Francisco Jesus, iriam ter com certeza uma nova Lei do Orçamento de Estado para 2017.-------

----------A **Presidente da Assembleia** deu a palavra à **Vice-presidente da Câmara** que começou por dizer ao Deputado Manuel José Pereira, relativamente ao Centro de Saúde e às questões da saúde, que reconhecia que o trabalho dos Vereadores do PS, aliás, como de todos os Vereadores, independentemente da força política, foi meritório e permitiu que o exercício fosse aquele que estava ali a ser apresentado. Mas relativamente à ampliação do Centro de Saúde da Quinta do Conde queria relembrar que era uma necessidade que já estava indicada há muito tempo e tinha sido objecto de reivindicação por parte do atual executivo desde que o Centro de Saúde construído. Assim como tinha sido reconhecida a necessidade por todo o executivo de umas instalações novas para o Centro de Saúde na vila de Sesimbra. E era neste sentido que a Câmara tem vindo a negociar, a diligenciar, a pressionar, a Administração Regional de Saúde (ARS), quer numa situação quer outra.----------

----------Aliás, tinha sido levado a reunião de Câmara, no mês de setembro, um protocolo assinado pelo Sr. Presidente da Câmara e pela ARS, ainda no anterior Governo, onde a Câmara se comprometia a fazer aquilo que faz sempre, ou seja, a ir além das suas obrigações. E nesse sentido propunha-se a ser o dono da obra, a fazer os projetos, a avançar com o terreno, que no caso de Sesimbra seria o edifício Aníbal Esmoriz. E o Ministério da Saúde comprometia-se a passar para a posse da Câmara, de uma forma faseada, à medida que os trabalhos fossem decorrendo, 600 mil euros para o edifício Aníbal Esmoriz e 350 mil euros para a ampliação do edifício pertencente à ARS na Rua Vila Amália, onde era o antigo dispensário. Isto era o que estava acordado em setembro de 2015. ----------

----------Entretanto o Governo mudou e até àquele momento, talvez o deputado Manuel José Pereira tivesse alguma informação privilegiada que a Câmara não tinha, não sabiam se continuava a ser intenção do Ministério da Saúde avançar para o que estava no protocolo, ou não. Mas como tinham uma reunião marcada para a próxima semana, por pressão da Câmara, esperavam que lhes fossem dadas novas notícias sobre o Centro de Saúde. ---------- ---

----------O **Deputado Manuel José Pereira** pediu a palavra para informar que o despacho conjunto para a realização do contrato programa só não estava assinado ainda. ----------

----------A **Vice-presidente** disse-lhe que a Câmara ainda não tinha nenhuma informação e se calhar deveria ter, portanto esperavam que assim fosse porque era do interesse de toda a comunidade. E este tinha sido um trabalho feito de uma forma continuada por todo o executivo e não só pela Vereadora que tinha o pelouro da saúde. E até por representantes de vários partidos na Assembleia da República. ------

----------Depois disse que não sabia se o local onde queriam pôr o Polo de Leitura era o mais adequado, ou não, era uma intenção da Administração Regional de Saúde (ARS). Havia duas possibilidades, uma delas a ampliação do Centro de Saúde da Quinta do Conde, que era a que a Câmara defendia, e onde naquele momento estava porque até havia espaço. E foi a própria ARS que lhes disse que uma das possibilidades que estava a encarar era a requalificação das antigas instalações do Centro de Saúde para instalar a nova unidade. A Câmara não defendia isso, mas defendia que aquela estrutura devia passar para sua posse para se colocar um equipamento municipal, que na perspectiva da Câmara era a biblioteca. E não era intenção da Câmara demolir e fazer de novo, mas pegar no equipamento tal como estava e fazer as obras necessárias para se fazer ali um Polo de Leitura com condições dignas.----------

----------Lembrou que se a Quinta do Conde não tinha mais equipamentos, designadamente um equipamento municipal, Polo de Leitura, Auditório, era fruto do chumbo de uma candidatura que a Câmara tinha apresentado na altura do Governo PS, que teria permitido que a Quinta do Conde tivesse hoje, um pavilhão polo desportivo, um novo edifício onde albergasse a Biblioteca e um Auditório, um investimento de 8 milhões de euros, que a Câmara se tinha comprometido a pagar 50% se os outros 50% viessem de Fundos Comunitários. Como não foi esse o entendimento da entidade reguladora dos Fundos Comunitários a Quinta do Conde ficou a perder. E todos os investimentos que tinham sido feitos no concelho de Sesimbra, nos últimos anos, foram feitos com muito esforço, com muito empenho, mas também da capacidade da Câmara se inscrever em candidaturas que fossem bem-sucedidas, apesar da oposição, nessa altura, criticar a Câmara. Portanto tinham feito candidaturas para toda a área do concelho, mas infelizmente a Quinta do Conde não foi considerava, por quem regulava os Fundos Comunitários, uma área também prioritária. ----------

----------Depois disse ao Deputado Lobo da Silva, quanto à questão do Turismo, que o Turismo tem de ser forçosamente uma iniciativa privada. Quem tem que potenciar a construção de respostas turísticas são os privados. O que cabia à Câmara fazer tinha-o feito muito bem, e não foi só por ter elaborado um Plano Estratégico de Turismo, que estava em vigor e que estava a ser concretizado, que desenhava as linhas prioritárias, os trilhos que queriam caminhar em termos turísticos, mas também tinha sido requalificado o espaço público, tinha sido feito um investimento nos acessos às praias, tinha sido requalificado todo o espaço construído, que como sabiam era uma atracção turística. E nos últimos anos todos os investimentos que tinham sido feitos, fosse ao nível do Cabo Espichel, da Capela do Espírito Santo, da Casa do Bispo, da Marginal, da Moagem de Sampaio, eram investimentos que uma autarquia podia e devia fazer para potenciar um concelho mais atractivo em termos turísticos.----------

----------Referiu que também a campanha do "Sesimbra é Peixe" tem sido bem-sucedida, não sabia se na BTL tinha um cartaz, ou não, mas folhetos estavam muitos. E como o Deputado Lobo da Silva sabia, Sesimbra estava integrada na área de turismo de Lisboa, exatamente como os outros concelhos que fazem parte da área de turismo de Lisboa, mas a exposição de Sesimbra tinha sido muito evidente. E na presente semana foram colocados num restaurante em Lisboa, os folhetos e um *roll-up* a afirmar uma das mais-valias de Sesimbra ao nível da sua gastronomia, da sua atividade económica, o seu peixe. -------

----------Disse ao Deputado Lobo da Silva que, obviamente, não tinha dito que Sesimbra não ser um concelho turístico porque não tinha boas acessibilidades. Aquilo que tinha dito era que melhores acessibilidades potenciaria Sesimbra numa mais forte atracção turística, mais do que já era. ----------

----------Informou que na reunião das comissões, quando apresentou os dados do diagnóstico social, ainda não tinha os dados do Instituto de Turismo, só os teve uma semana depois, mas podia enviá-los com todo o gosto à assembleia. E esses dados dizem que em 2014 e 2015 Sesimbra aumentou em 16% as suas dormidas. E Palmela, curiosamente, diminuiu em relação a Sesimbra. E dentro do Distrito de Setúbal, o município de Sesimbra foi o único em que as dormidas subiram. Isto significa que a aposta que o município tem feito na área do Turismo, e se tivessem oportunidade e mais tempo, poderia enunciar um conjunto de medidas, de projetos e de ações, que a Câmara tem desenvolvido que tornam Sesimbra cada vez mais atractiva em termos turísticos. E portanto não concordava com a perspectiva do deputado, mas achava que sendo o Turismo um tema tão importante mereceria uma maior reflecção, quem sabe numa Assembleia Municipal Temática.----------

----------Seguidamente a **Vice-presidente** solicitou ao **Vereador José Polido** que respondesse às questões mais concretas sobre o presente relatório. O Vereador começou por dizer, que respondendo às previsões e respondendo de uma forma geral, de facto a Câmara tinha provisionado até 2011. No entanto o que

tinham provisionado já era mais de 50% do valor da dívida que consideravam de cobrança duvidosa. Portanto era objetivo da Câmara no próxima ano provisionar mais dois anos e paulatinamente ir recuperando o nível de provisões. ----------

----------Relativamente aos impostos da Administração Tributária (AT) disse que, no seu ponto de vista, não podiam por em causa que a Administração do Estado Português não ia cobrar aqueles impostos. Portanto, se a AT lhe comunicava que a Câmara tinha para receber determinado valor, era esse valor que ele colocava. Portanto, pensava que não fazia sentido fazerem previsões para um imposto, quando era o Estado que lhe dizia qual era o valor da verba a receber. Mas mesmo assim, e respondendo ao Deputado João Rodrigues quanto ao aumento do IUC, a Câmara não sabia de onde é que era a proveniência dos impostos, porque não tinham acesso aos dados da AT. Até há bem pouco tempo havia a possibilidade de saberem os dados do contribuinte, presentemente isso estava completamente vedado por causa do sigilo da tal lista VIP. As autarquias não pertencem ao Estado Central e não têm esses dados e é a At que os fornecia, portanto tinham outra hipótese senão acreditar. ----------

----------Depois disse ao Deputado Manuel José Pereira que de facto a autarquia de Sesimbra não aumentou a carga fiscal. A autarquia de Sesimbra recebeu mais dinheiro proveniente dos impostos, mais 2% que recebeu no ano anterior, mas não aumentou a carga fiscal, pelo contrário. Com base na inflação os munícipes de Sesimbra e este ano em concreto, com a atualização dos coeficientes de localização, vão pagar menos de IMI de certeza absoluta.----------

----------Quanto ao relatório do ROC ter chegado um dia antes da sessão, disse que a autarquia tinha feito questão que fosse o próprio Revisor Oficial de Contas a enviar à semelhança do que tinha sido feito nos anos anteriores, de facto só tinha sido enviado na véspera.----------

----------Disse ao Deputado Lobo da Silva que de facto a autarquia de Sesimbra tinha feito um concurso para os seguros, infelizmente no primeiro concurso ficou deserto. Foi feito um segundo concurso e só concorreu a "Fidelidade". Até parecia que a autarquia de Sesimbra não interessava às seguradoras, ou então era, desculpassem-lhe a expressão, porque esmifravam o concurso. ----------

----------Quanto à redução do IVA da iluminação pública disse que concorda plenamente. Não sabia se os munícipes ali presentes tinham a noção, mas a Câmara Municipal de Sesimbra paga mais de 1 milhão de euros de iluminação pública. Um milhão de euros significa que paga 230 mil euros de IVA. Significa que aumentar o IVA de 6% para 23%, são 170 mil euros. E são 170 mil euros o valor que o Estado dá para investimento, ou seja, dá com uma mão e "rouba" com a outra. E metade deste valor corresponde aos 5% do IRS dos munícipes de Sesimbra. O município de Sesimbra recebe 2,5 milhões de euros e o Estado fica com os 50 milhões. ----------

----------Disse ainda, para que os munícipes ali presentes tivessem a noção, que aquilo que o município de Sesimbra recebia era exatamente o mesmo que recebia o município de Alcoutim que tem menos de 3 mil habitantes. Sesimbra tem 50 mil habitantes e uma população flutuante no verão que se calhar duplica. E portanto tinham que ter os serviços dotados para toda a população, água nas torneiras, contentores do lixo, limpeza das praias, etc. Para não falar ainda, embora estivesse ali presente o Presidente da junta, que a junta de freguesia da Quinta do Conde era a que recebia menos *per capita* do país. ----------

----------Foi cedida a palavra ao **Deputado Lobo da Silva** que, tendo em conta o adiantado da hora, referiu que colocaria as questões sobre o Turismo e sobre a BTL à Srª. Vice-presidente numa outra ocasião. -----

----------A **Presidente da AM** agradeceu a compreensão do Deputado e passou de imediato à votação do "**Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação e prestação de contas de 2015 e distribuição dos resultados líquidos aprovados no exercício de 2015" ----------**

----------A Assembleia Municipal apreciou o Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação e aprovou, por maioria, com 18 votos a favor (13CDU+2PSD+2MSU+1BE) e 6 abstenções (PS), os documentos de prestação de contas de 2015 e distribuição dos resultados líquidos aprovados no exercício de 2015, apresentados pela Câmara Municipal.----------

----------Depois **a Presidente da AM** questionou se havia Declarações de Voto para apresentar.----------

----------O **Deputado Alain Monteiro** apresentou a seguinte **Declaração de Voto**: ----------

----------"*O grupo municipal da CDU votou favoravelmente o relatório de contas referente ao exercício de 2015 por concordar com os dados apresentados e considerar os mesmos extremamente positivos face aos objetivos definidos. Estes resultados estão na mesma linha dos alcançados no ano anterior.* ----------

----------*Em termos gerais, destacamos:*----------

---------- *- A dívida global da autarquia baixou 2,8 milhões de euros, situando-se nos 24.771 milhões de euros, atingindo níveis anteriores a 2005. A divida de curto prazo é agora de apenas 5,2 milhões de euros;*

---------- *- A divida referente à ADSE foi liquidada;*----------

---------- *- O prazo médio de pagamento a fornecedores passou de 124 dias para 107, sendo que em alguns casos, respeitante às empresas locais, o pagamento é imediato num claro apoio à economia local;*---

---------- *- O Município de Sesimbra encerrou as contas com um resultado líquido positivo no valor de 1,6 milhões de euros.*----------

----------*Em termos específicos, destacamos:*----------

---------- *- A abertura do Balcão Único de serviços, denominado de BUS que se traduz num melhor atendimento ao munícipe e representa uma aposta forte da Câmara Municipal na modernização*

administrativa e numa relação de proximidade com os cidadãos nas 3 freguesias do concelho sendo dois deste BUS fixos e um móvel;----------

---------- - O programa de pavimentações com incidência nas 3 freguesias do concelho e que se irá estender ao longo dos anos de 2016 e 2017;----------

---------- - A requalificação do mercado municipal em Sesimbra, que se traduz em melhores condições para os vendedores e se constitui como um cartão-de-visita da vila;----------

---------- - A conclusão da rede de saneamento na freguesia do castelo;----------

---------- - O reforço de abastecimento de água em todo o concelho; ----------

---------- - A recuperação do recinto da mãe de água no cabo espichel. ----------

---------- - Destacamos ainda o enorme investimento realizado na área da educação, cultura, desporto, juventude e ação social que suplantou o investimento realizado no ano anterior. A nível interno, destacamos as melhorias de funcionamento e de relacionamento com os seus recursos humanos, a nível das condições de trabalho, demonstrando a sua grande preocupação nesta área enquanto entidade empregadora. ----------

----------Todo este trabalho e respectivos resultados demonstram as opções corretas de uma gestão prudente e rigorosa dos recursos humanos, materiais e financeiros. Importa salientar que todo este investimento foi realizado uma vez mais com recurso a cerca de 90% de receita própria, sem aumento de impostos ou taxas municipais, ou seja, sem implicar mais sacrifícios aos sesimbrenses para além daqueles resultantes da acção governativa do governo PSD-CDS. Nesse sentido convém relembrar que foi a CDU que baixou o IMI para a taxa intermédia, pois na gestão Camararia Socialista encontrava-se na taxa máxima. ----------

----------Contudo e apesar deste clima positivo, a Câmara Municipal de Sesimbra teve, mais uma vez de suplantar as grandes dificuldades e constrangimentos impostos pelas gravosas medidas de austeridades decorrentes do programa de ajustamento impostas pelo governo PSD-CDS ainda em vigor em 2015, consubstanciadas mais uma vez pela grande diminuição de transferências de verbas do Estado que na prática resultaram em menos financiamento para o município, obrigando a um esforço maior na sua gestão, no impedimento de contratação de pessoal, desfalcando drasticamente as equipas e reduzindo desta forma a capacidade de resposta nas diversas áreas de atuação da autarquia no âmbito da sua missão e competências. ----------

----------Contudo, com este voto favorável queremos não apenas reconhecer o excelente trabalho realizado pela Câmara Municipal, demonstrando também que os avultados investimentos passados em boa hora foram realizados, mesmo por alguns altamente criticados. Mas queremos também reconhecer o

excelente trabalho realizado pelos trabalhadores da autarquia, assim como a forma como no seu dia-a-dia suplantaram as adversidades, com grande empenho e profissionalismo conseguiram realizar um trabalho verdadeiramente meritório. Os interesses dos sesimbrenses foram exemplarmente assegurados.---

----------Por fim, torna-se evidente e importante o reconhecimento por parte de toda a oposição, do trabalho realizado pela Autarquia, traduzindo-se numa votação favorável do relatório de contas, com a exceção do partido socialista. ----------

----------Não podemos deixar de lamentar a postura deste partido, que, por ser o maior partido da oposição, e por na discussão do relatório de contas tenha também reconhecido e concordado com o trabalho realizado por parte do executivo da CDU, tenha mais uma vez, por questões de agenda político-partidária, recusado votar favoravelmente as contas de 2015."----------

----------O **Deputado Manuel José Pereira** apresentou a subsequente **<u>Declaração de Voto</u>**: ---------- ---

----------"A posição do PS sobre as Contas de 2015 da CMS revela uma postura que associa a avaliação da situação financeira e da gestão do município às questões da Cidadania que têm norteado a nossa ação no actual mandato. ----------

----------Quanto ao Relatório e Contas, é inquestionável a obtenção de um conjunto de resultados positivos, seja pela ação concreta da câmara, cujo objectivo essencial era sanear as finanças municipais, reduzindo o valor da dívida, quer de curto prazo quer do total, sem o que condicionariam fortemente o futuro, o que foi conseguido em maior escala que no ano anterior. Vamos agora esperar que esta atitude se mantenha no ano em curso. ----------

----------Associado a isso esteve também a contenção clara das despesas correntes, com uma redução mais sustentável quer do total, quer mesmo das despesas de pessoal, bem como uma recuperação, ainda que ligeira, das vendas de bens e serviços, com um aumento de cerca de 3% em 2015, contra cerca de 1% em 2014. Também a obtenção de melhores taxas de execução orçamental releva positivamente, bem como a redução do prazo médio de pagamentos, embora ainda tenha que melhorar. ----------

----------Pena é que, ainda assim, a carga fiscal sobre os munícipes tenha aumentado cerca de 1M€, embora bem abaixo do brutal aumento de 2014. De referir que o PS propôs a redução dos impostos locais em 2015, constatando-se agora, sem qualquer dúvida, que tal teria sido possível sem condicionar de forma relevante os resultados. ----------

----------Também é claro que o nível do investimento municipal não agrada ao PS, como aliás sempre dissemos. Só um melhor equilíbrio da sua distribuição ao longo dos anos teria evitado uma quebra tão brutal, regressando a valores da ordem de 5M€, já não verificados há pelo menos 15 anos. Temos que

repor rapidamente o investimento público municipal, sem o qual não haverá desenvolvimento económico e social local. ----------

----------Ao nível dos serviços prestados à população, quer em quantidade quer em qualidade, também teremos que melhorar, e muito, o nosso desempenho autárquico. ----------

----------Mas enfim, sabemos que estes resultados foram os possíveis e, nesse contexto, até reconhecemos serem positivos.----------

----------Condicionados por um lado pela estratégia da maioria, como dissemos, e, por outro, pelas fortes restrições impostas pelo governo anterior, o que esperamos venha a ser aliviado pelo atual, porque de tal dependerá a melhoria da qualidade de vida das nossas populações. Pelo contrário registamos a curiosidade da posição do PSD, que considera que as melhorias da gestão apenas se devem à austeridade imposta pelo anterior governo… ----------

----------Quanto às questões da Cidadania e Democracia Local, no ano em que comemoramos os 40 anos do Poder Local, impõe-se declarar o seguinte:----------

----------O PS começa por destacar o excelente desempenho dos Pelouros atribuídos aos seus Vereadores, bem como o aproveitamento pela maioria de propostas, sugestões, contributos e projetos apresentados por eles para outras áreas no decurso do seu trabalho na câmara.----------

----------Ora esta constatação, que nos parece óbvia e irrefutável, justificaria a atribuição de melhores condições de trabalho para o cumprimento da sua função ao serviço das populações. ----------

----------O que nos leva a concluir ser, em termos relativos, de grande injustiça a diferenciação actual em termos de tempos atribuídos na gestão, o que, aliás, já o era antes, tendo o PS desde o início do mandato feito questão de o sublinhar, mas que fica agora muito mais provado face aos resultados do trabalho, ao empenhamento e à dedicação, tornando evidente a leitura distorcida da democracia local pela maioria municipal. ----------

----------Razão porque aguardamos com expectativa a eventual correção desta situação, que do ponto de vista do cumprimento da democracia em Sesimbra custa muito a explicar, bastando a comparação com o que se passou durante os mandatos do PS, nomeadamente no de 1993/1997, em que a composição do executivo era exactamente a mesma mas precisamente ao contrário!...----------

----------Para concluir uma palavra de apreço para o esforço de todos os funcionários e pessoal dirigente que, num cenário adverso, continuam a dar o seu melhor.----------

Mas também uma nota sobre o reiterado atraso do Relatório do ROC e da CLC, documentos essenciais à boa avaliação das Contas do Município. ----------

----------*Em face do exposto, o Grupo Municipal do Partido Socialista na AM, opta pela Abstenção na votação dos documentos de Prestação de Contas e respectivo Relatório de Atividades."* ----------

----------Nada mais havendo a tratar, foi encerrado **o "Período da Ordem de Trabalhos"**, e foi por consenso, dispensada a leitura da ata em minuta da presente reunião, que aqui se dá como inteiramente reproduzida para todos os devidos e legais efeitos, tendo a mesma sido considerada aprovada, por unanimidade, procedendo-se à respetiva assinatura. ----------

----------Seguidamente, a **Presidente da Assembleia Municipal** declarou encerrada a sessão era uma hora e quarenta minutos do dia 16 de abril de 2016. ----------

----------Para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pela Presidente, pelos Secretários e pelos Membros que o desejarem fazer.----------